



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 449 - DE 24 DE FEVEREIRO A 10 DE MARÇO DE 2013 - R\$ 3,00

**Ministério Público paulista iniciou processo criminal
contra estudantes e funcionários da USP**
Abaixo as medidas ditatoriais da Justiça burguesa!
**Organizar a luta contra a criminalização
do movimento estudantil**



**Governo do PT,
de ataque aos
explorados**

**Greve
nacional
dos
portuários**



Oposição revolucionária a Dilma

Preparar o caminho para enfrentar a crise

A manifestação da crise mundial de superprodução no interior da economia brasileira é poderosa. Por mais que o governo petista tenha procurado amenizar seu impacto, não tem podido evitar a contundência do curso geral de destruição de forças produtivas. É o que se verifica no recuo e queda na produção industrial. O fechamento de fábricas, ainda que em número não tão elevado, e a liquidação de postos de trabalho assinalam a perspectiva da crise no Brasil. Expressa no presente o que se passa em escala mais elevada na Europa e o que se passou nos Estados Unidos assim que eclodiu em 2008 a bancarrota da construção civil e a quebra bancária.

A estrutura industrial da economia brasileira se assenta nas multinacionais, que controlam os ramos fundamentais e mais lucrativos. A pequena e média indústria nacional não influencia decisivamente no curso da crise de superprodução mundial e nem tem com agir como uma força política perante o governo federal e governos estaduais. As multinacionais, em última instância, ditam as diretrizes governamentais. Está aí por que o governo Lula e agora Dilma socorrem o capital estrangeiro, que ameaça transbordar a crise que enfrenta nos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão.

As medidas de corte de impostos, subsídios financeiros e “desoneração da folha de pagamento” protegeram a lucratividade dos poderosos grupos econômicos, que limitaram provisoriamente as demissões. Mas essas ações são estreitas diante das tendências desintegradoras que se mostram vigorosas na economia mundial.

O mesmo capital estrangeiro que se vale da generosidade do governo brasileiro (petista) acusa o País de protecionismo e exige maior abertura de mercado e maior liberdade de movimento do capital financeiro. Os Estados Unidos imprimem dólares e a União Europeia, euros. Lançam-nas como enxurrada no mercado financeiro e desequilibram as relações cambiais e não admitem que os países semicoloniais afetados se defendam. As multinacionais precisam exportar os enormes excedentes de suas matrizes e ao mesmo tempo proteger suas filiais, como as do Brasil, com recursos nacionais dos países de economias atrasadas e subordinadas aos ditames do mercado mundial. Esse é um dos fundamentos da crise industrial no Brasil.

A burocracia sindical que se conformou após o fim da ditadura militar se assenta nas multinacionais e em uma camada de operários mais bem paga (a aristocracia operária). Está aí por que o Sindicato Metalúrgico do ABC desponha como instrumento das diretrizes das

multinacionais, concebidas em suas matrizes, principalmente na Alemanha. A ofensiva contra as conquistas trabalhistas mais elementares e antigas concessões da burguesia aos assalariados, que estão na CLT, ganhou corpo nos últimos quinze anos. A imposição da GM de São José dos Campos de redução do piso salarial para os novos contratados, as demissões e a adoção do banco de horas, sem que o sindicato dirigido pelo PSTU fosse capaz de reagir, indica o quanto as multinacionais mandam e desmandam no País.

Deve-se à burocracia sindical a ausência de resistência do proletariado, que se mostra acuado pelas multinacionais e desarmado politicamente pelos sindicatos burocratizados e estatizados. Os metalúrgicos da Mercedes Benz sentiram nesse começo de ano que a suspensão temporária (lay off) imposta no segundo semestre de 2012 é a porta para as demissões. Foram “salvos” por uma medida do governo petista de subsidiar a venda de caminhões. A multinacional alemã usou a suspensão temporária para colocar ao sindicato a missão de convencer Dilma Rousseff de proteger os seus interesses, como se fossem os interesses dos metalúrgicos.

A burocracia convenceu os operários que os interesses do capital convergem positivamente com os interesses do trabalho. Mas a colaboração tem seus limites na crise de superprodução mundial, que ainda não foi debelada. O movimento operário no Brasil se choca, em primeira instância, com as multinacionais. As greves combativas nas obras do PAC não se contrapõem a essa premissa. Expõem o instinto revolucionário como um todo. A repressão sofrida pelos grevistas indica a retomada da luta de classes em um patamar mais elevado que o do último período.

É dessa situação que decorrem as tarefas básicas da classe operária: 1) Colocar-se pelas reivindicações que defendem os empregos e os salários; 2) Combater as diretrizes das multinacionais de flexibilização do trabalho; 3) Rechaçar a política pró-multinacionais do governo e da burocracia sindical; 4) Exigir o fim de todos os acordos malditos assinados pelos burocratas e as multinacionais; 5) Levantar um programa de expropriação dos grandes grupos econômico-financeiros e de controle operário da produção; 6) Organizar a luta nacional, centralizada, em defesa da vida da maioria nacional oprimida, que aproxime a classe operária da classe camponesa pobre. 7) Enfrentar a ofensiva repressiva do governo federal e dos governos estaduais com organização do movimento de massa e com as reivindicações democráticas.

Governo do PT, de ataque aos explorados

Os trabalhadores do Porto de Santos ocuparam o navio chinês Zehn Rua 10, como parte de um movimento contra as mudanças trabalhistas, que resultarão em mais um passo na privatização dos portos. A Medida Provisória 595 coloca os terminais sob o controle de grupos econômicos e modifica o contrato do uso da mão-de-obra.

Os investidores querem acabar com os Órgãos Gestores de Mão-de-Obra (Ogmós), que cadastram os estivadores avulsos. Não se trata apenas de um órgão que dá poderes ao sindicato (na verdade à sua burocracia). A sua liquidação tem por base implantar o regime de CLT, que elimina uma série de conquistas dos trabalhadores das docas, quando os Portos eram estatais.

A meta dos empresários, que passarão a controlar 159 terminais previstos pela licitação, é o de fazer uma varredura nas relações de trabalho, consideradas “antiquadas” para as novas tecnologias. Da boca para fora, os porta-vozes dos capitalistas juram que não se trata de demitir, mas de “modernizar”. Mas os portuários sabem perfeitamente o que significa essa palavra mágica. Quem não está cansado de ver a modernização levar a demissões e a maior exploração?

O governo do PT já não pretende disfarçar sua política de desestatização do que restou da gigantesca privatização promovida pelo governo do PSDB, de Fernando H. Cardoso. Portos, aeroportos, rodovias e ferrovias vêm sendo cobiçados pelo grande capital que necessita de novos negócios para se movimentar no quadro da crise de superprodução.

Os petistas que abjuraram a “privataria” do PSDB, estão de joelhos diante das pressões do capital internacional para que o Estado agilize os investimentos em infraestrutura, que significa entregar a grupos ávidos em controlar todo setor de infraestrutura. Pois bem, o governo do PT se mostra de corpo inteiro como entreguista, antinacional e antipopular.

Há os tontos e os oportunistas que acham que o governo de Dilma não é do PT como o foi o de Lula. As diferenças são, no entanto, provenientes da situação conjuntural. Lula está totalmente de acordo com o que Dilma vem fazendo.

Os portuários têm perdido terreno para o avanço da privatização, assim como perderam os ferroviários – antigas categorias combativas que protagonizaram importantes lutas. Diante o questionamento da imprensa se não era prejudicial a ocupação do navio Zehn Rua 10, que dificultaria as negociações com o governo, o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, afirmou: “Tem hora que precisa radicalizar”. Isso significa que a burocracia sindical está diante de uma decisão radical do governo Dilma. O navio de Xangai estava sendo descarregado por chineses, em uma clara substituição de mão-de-obra.

O governo se reúne com os empresários e com seus representantes do quilate da senadora Kátia Abreu e conspira com os exploradores as medidas antioperárias. Montou a Medida Provisória a revelia do que pensa o sindicato. Dilma vem atendendo as exigências dos capitalistas, que alegam estar dispostos a “modernizar” e ampliar a infraestrutura. Basta apenas que Dilma lhes entregue os portos, aeroportos, ferrovias e rodovias para que uma massa de investimento flua.

O fato é que a ocupação do Zehn Rua 10 pelos estivadores pouco servirá à causa dos explorados se não se transformar em um grande movimento contra a privatização. A burocracia da Força Sindical, que dirige os portuários de Santos, foge da bandeira de estatização geral dos portos, aeroportos, rodovia e ferrovia, como “o diabo foge da cruz”.

A fração da burocracia defensora de Dilma (CUT/PT e CTB/PCdoB) e a da semiapoiadora (Força Sindical) estão de acordo com a diretriz geral do governo. Levantam divergências corporativas, como a que ocorre em torno da MP 595. Está claro que, enquanto os sindicatos burocratizados e estatizados continuarem a servir de instrumento da política burguesa do governo do PT, os trabalhadores perderão terreno para as “reformas modernizantes”, ou seja, antinacionais e antioperárias.

As bandeiras que cabem à situação são as de “abaixo a MP 595”, reestatização dos portos, aeroportos, ferrovias e rodovias, sem indenização e sob o controle dos trabalhadores, estabilidade no emprego e redução da jornada, sem reduzir os salários. Mas há que ser claro no ataque ao governo burguês do PT/PMDB: organizar uma oposição revolucionária contra o governo de Dilma Rousseff.

Quem é o responsável pelas favelas rurais?

Repercutiu na imprensa a declaração do ministro Gilberto Carvalho sobre a mudança de diretriz do governo Dilma em relação à política de assentamento, apregoada pelo MST, PT e setores da esquerda reformista. Eis: “É real e, infelizmente, verdadeiro que no Brasil há assentamentos que se transformaram quase que em favelas rurais.”

A conclusão dessa constatação é de que o governo petista não mais continuará promovendo os assentamentos em números elevados, como ocorreu no governo de Fernando H. Cardoso (PSDB) e no de Luis Inácio Lula da Silva (PT). **Impressiona a falsidade entre a constatação da miséria dos assentados, que é verdadeiro, da conclusão de que a causa se encontra nos assentamentos, que é mentirosa.**

É preciso lembrar que essa acusação partia da direita burguesa, latifundiária e agroindustrial. Os seus representantes diziam que a reforma agrária (assentamentos) pleiteada pelo MST levava a formar bolsões de miséria no campo. Se não nos falha a memória, a senadora Kátia Abreu já havia falado em favelização no campo. Mas há inúmeros assentamentos que não se tornaram favelas, que produzem e dão condições de vida melhores que as enfrentadas pelos camponeses sem-terra.

Ocorre que grande parte dos assentamentos foi estabelecida em terras que exigem investimentos para se tornarem produtivas, em locais distantes do comércio e muitos deles inacessíveis. Sem capital mínimo e sem meios de produção necessários à produção, como é que os assentamentos instalados em solo inapropriado poderiam servir de meio para arrancar os sem-terra da condição miserável?

A política de desapropriação com rica indenização aos latifundiários e de assentamentos em condições quase impossíveis dos camponeses produzirem nem de longe corresponde a uma reforma agrária. O governo, o PT, CPT e o próprio MST sabiam que essa via acabaria em fracasso.



As desapropriações e assentamentos foram concebidos na ditadura militar, com seu Estatuto da Terra. O regime nascido com o golpe de 1964, entre outros objetivos, tinha por meta liquidar a organização dos pobres do campo iniciada com as Ligas Camponesas, que passaram a amedrontar a oligarquia fundiária. Havia o temor de um levante generalizado no campo. Mas a ditadura não podia tão-somente reprimir, deveria reconhecer que havia um descontentamento entre as massas camponesas, que deveria se canalizado por uma resposta de Estado.

O imperialismo – com sua Aliança para o Progresso- havia orientado os governos latino-americanos a tomarem cuidado com a explosividade dos pobres do campo. Uma espécie de colaboração de classe no agro deveria ser promovida, opondo uma “reforma agrária” controlada pelo Estado à revolução agrária promovida por insurgência dos camponeses. A revolução em Cuba deixara lições sobre o risco ao capitalismo, caso a classe camponesa se levantasse contra a oligarquia opressora e se unisse ao movimento operário. Antes dessa experiência, a revolução de 1917 na Rússia e a de 1959 na China haviam demonstrado ao imperialismo que as aspirações pequeno-burguesas revolucionárias dos camponeses deviam ser tratadas não somente com as armas, mas também com as ilusões democráticas, ou seja, com a possibilidade da burguesia vir a atendê-las por meio de reformas graduais e controladas pela própria oligarquia.

Com o fim do regime militar, em 1985, sem que o Estatuto da Terra fosse aplicado, recolocou a questão camponesa. Havia que reconhecer os aspectos vantajosos da lei emanada na ditadura – assim pensaram os democratizantes burgueses, seguidos dos democratizantes pequeno-burgueses, que constituíram o MST. Na Constituinte de 1977/78, a discussão foi postas nesses termos.

A formação da CUT e do PT potenciou o “programa” agrário de desapropriação de terras improdutivas, com indenização, aproveitamento de terras devolutas e assentamentos. O governo do PSDB se viu sob grande pressão do MST, que se irrompeu como uma força apoiada nessas organizações e numa oposição de esquerda burguesa e pequeno-burguesa, tendo à frente o caudilho Lula. A crise econômica que percorreu a década de 80 e parte da de 90 havia elevado o desemprego e o custo de vida com a inflação galopante. Os milhares de sem-

terra foram agrupados em acampamentos. A reivindicação de assentamento e as ocupações de fazendas impulsionaram a luta de classes no campo, principalmente na década de 90.

A constituição da União Democrática Rural (UDR), sob a chefia de Ronaldo Caiado, para combater com a lei e com as armas o MST, assinalou o vigor da luta camponesa. O governo do PSDB não teve outra saída senão pôr em prática aspectos do Estatuto da Terra e manobrar com os assentamentos. Lembremos que em abril de 1996, o governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), desfechou uma repressão ao movimento camponês, deixando 19 mortos. A luta camponesas por meio de ocupações em todo o País e o crescente assassinato de sem-terra resultaram em crise política. O que obrigou o presidente FHC a lançar mão dos assentamentos.

Em seus dois mandatos, de 1995 a 2002, Fernando H. Cardoso, assentou 540,5 famílias. No auge dos conflitos, em 1998, foram 101 assentamentos.

Lula que chega ao poder em 2003 assentará 658,8. Portanto, 118 mil famílias a mais que FHC. Em 16 anos foram assentadas quase um milhão e duzentas mil famílias, seguindo os dados oficiais. Dilma Rousseff no seu primeiro ano assentou 21,9 e estima-se que o número do segundo ano (2012) não pasará de 23,0 famílias.

Lula seguiu a política agrária do PSDB, diferenciando-se por atender às pressões da CPT e do MST em dar-lhes alguma influência no INCRA. Isso no primeiro mandato. Já no segundo, o caudilho desacelerou as desapropriações e os assentamentos, procurando se afastar da imagem do presidente que vestiu o boné do MST e que escandalizou a direita burguesa. Dilma não faz senão seguir o recuo de Lula no seu segundo mandato, que assentou apenas 232,6 famílias, quando no primeiro mandato havia assentado 381,3 famílias. É preciso assinalar que a CPT e MST criticam esses dados, parte deles é maquiada.

Se muitos dos assentamentos – talvez a maior parte – tornaram-se “favelas rurais”, a responsabilidade é do governo petista, que dedicou a apoio à agroindústria e ao agronegócio, oferecendo-lhes fartos financiamentos subsidiados, enquanto que, para os assentados, não sobrou nem pão, nem água. Dilma decretou o fim da “reforma agrária” não porque grande parte dos assentamentos se tornou bolsões de miséria, mas porque a burguesia lhe mostrou que não tem mais terras para oferecer ao Estado, embora este tenha pago muito bem pelas desapropriações. O recuo político do MST perante o governo petista e o enfraquecimento dos acampamentos, certamente, é o motivo de maior peso para Dilma proclamar que de agora em diante irá se preocupar em fazer os assentamentos se tornarem produtivos.

MST deve romper com o governo

Ninguém de sã consciência irá negar que o MST teve um papel progressivo na luta camponesa. Mas sua progressividade foi contraditória. De um lado, serviu de canal para organizar os sem-terra dispersos, deu-lhes condições coletivas para lutar e utilizou-se do método da ação direta, que são as ocupa-

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

ções de terra, de instituições públicas, os bloqueios de rodovias e as manifestações nos centros urbanos. De outro, esteve e está enrabichado ao PT e ao lulismo. Inúmeros são os casos locais em que apoiou candidatos de partidos burgueses, indistintamente de sua orientação política.

Essa conduta contraditória se explica pelo fato de sua bandeira de “reforma agrária” se resumir em conseguir assentamentos. **O que poderia servir de tática para organizar a luta pela revolução agrária se tornou estratégia.** Ou seja, os assentamentos se tornaram um fim em si mesmos, concebidos como uma via de solução do problema da terra. Não se tratava, portanto, de aproximar os camponeses da classe operária e estabelecer uma aliança de classe dos oprimidos. A aliança operário-camponesa exigia combater os desvios da CUT e a política petista de colaboração com a burguesia.

A direção do MST castro-guevarista-clerical manteve os explorados do campo o tempo todo subordinados ao objetivo de constituir um “governo democrático e popular”, que seria o de Lula e agora do de Dilma. Como se vê, oposto à luta por uma governo operário-camponês, forma governamental da ditadura do proletariado, que somente se imporá por meio da revolução social. Assim, o MST não fez senão ajudar a parir um governo burguês, que tem servido integralmente à burguesia.

Agora, está em formação o Partido Consultar Popular, que veio à luz como um apêndice do PT, pretensamente mais à esquerda. Não se colocou perante as massas como uma ruptura com o petismo, com a estratégia pequeno-burguesa do governo democrático e popular e com a tática frente populista. O Partido da Consulta Popular não vai além do nacionalismo radical pequeno-burguês, que tem no Socialismo do Século XXI de Hugo Chávez, no Indianismo de Evo Morales e na burocracia restauracionista cubana seu espelho. Está claro que para sobreviver dependerá de se manter próximo a algum setor da classe capitalista, do petismo e da Igreja. Está aí por que o MST e o Partido da Consulta Popular não tem se mostrado capazes de sair em luta contra o governo de Dilma Rousseff, mesmo que esta decreta o fim da política de desapropriações e dos assentamentos.

Não há outro caminho para os pobres do campo senão se vincular aos pobres urbanos, cuja espinha dorsal é o proletariado. A luta contra a fração burguesa latifundiária e do agronegócio não tem como ser isolada da luta geral contra a classe capitalista. A maioria camponesa somente terá acesso à terra e resolvida sua situação de oprimidos se aliando à classe operária, sob a estratégia da tomada do poder. Não se trata de abandonar a reivindicação dos assentamentos, mas de exigir do governo que imediatamente assente todas as famílias e que exproprie sem indenização e incondicionalmente os latifúndios. Quanto aos assentados, que o governo garanta os meios financeiros, agrotécnicos, a infraestrutura e a compra de toda a produção. Para isso, é necessário criar um comitê nacional camponês, eleito pelas bases, que, por sua vez, devem estar organizadas em comitês agrários locais.

Para se recuperar o terreno perdido, é necessário que a militância do MST que elevou sua consciência classista e não se corrompeu na politicagem e no corporativismo enfrente com determinação a sua direção nacional-reformista. É necessário compreender que a solução da tarefa democrática agrária de

acesso da maioria camponesa à terra está na razão direta do avanço da revolução proletária. Uma das condições fundamentais para unir o campesinato à classe operária é a de construir o Partido Operário Revolucionário, como parte da construção do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Dilma Rousseff, de mãos dadas com Blairo Maggi e Kátia Abreu

O governo do PT aproveitou o lançamento do programa “Terra Forte”, em Arapongas, Paraná, para mostrar seu entusiasmo com o latifundiário e senador pelo PR-MT Blairo Maggi e com a latifundiária, senadora pelo PSD-TO e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Kátia Abreu.

Segundo a reportagem do jornal “O Estado de São Paulo”, Dilma saudou o representante da bancada ruralista, Blairo Maggi, “antes mesmo de cumprimentar os integrantes do movimento”, ou seja, do MST.

Antes de comparecer à solenidade do “Terra Forte”, a presidente petista participou de um encontro com fazendeiros e agroindustriais em Cascavel. Contou com a companhia do senador Blairo e da senadora Kátia. Dirigindo-se à latifundiária do estado do Tocantins, diz que Kátia Abreu “tem sido de fato uma parceira do governo no que se refere a todas as questões relativas aos desenvolvimento do agronegócio, da agricultura, da pecuária e da produção de proteínas no nosso País”. Apresentou o sojista Blairo Maggi como “um exemplo para todos os produtores do Brasil pelo fato de honrar o nosso País na medida em que não apenas produz soja, mas produz uma das questões estratégicas para o País, que é o fato de sermos uma referência na área de alimentos.”

O MST apresentou um conjunto de reivindicações, entre elas o assentamento de 90 mil famílias acampadas, um programa emergencial para as famílias assentadas que estão na miséria, implementação da agroindústria na forma cooperativa, programa nacional para o desenvolvimento de técnicas de produção com base na agroecologia.

Evidentemente, essas reivindicações tão elementares ficarão no papel. Se há apenas 90 mil famílias acampadas, não seria difícil para o governo assentá-las. Em 1998, Fernando H. Cardoso assentou 101 mil, e Lula, em 2005, 127,5 mil. Mais uma vez a atitude dos dirigentes do MST foi de subserviência ao governo petista, pró-latifundiário.

A saudação do coordenador do MST no Paraná, Roberto Baggio, a Dilma mostra até que ponto a sua cúpula está corrompida pela política burguesa. Isso explica a conduta de Baggio de pedir respeito a todos os presentes e assim reprimir as manifestações dos camponeses, que ocorreram assim que Dilma anunciou a presença do governador do Paraná Beto Richa, do PSDB. No final da solenidade, parte dos presentes fez o coro: “Dilma novamente”. A inauguração da Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (Coprán) serviu para o governo pró-latifúndio fazer demagogia com o homem do campo, exaltar as figuras máximas da reação anti-reforma agrária e projetar o eleitoralismo.

Está passada a hora dos militantes do MST que não se corromperam constituir uma fração revolucionária em seu seio, que lute pela aliança operário-camponesa, pela revolução agrária, como produto da revolução socialista.

Crise capitalista vai agravando as contradições da economia brasileira

A divulgação da avaliação do crescimento econômico em 2012 pelo Banco Central, fixado em 1,35%, reforçou as expectativas de que o crescimento do PIB, a ser divulgado em março, deva se situar ao redor de 1%. Se as expectativas em relação a 2013 se confirmarem (prevê-se um índice de 3% neste ano), serão 7% em três anos de governo Dilma. Praticamente uma estagnação econômica está confirmada.

O índice de cerca de 8% no crescimento das vendas no varejo (consumo interno) e a manutenção geral do nível de emprego (4,6%) contrastam com o estrangulamento desse PIB, e mais ainda com o retrocesso de 2,7% na indústria. O comércio sustentado no endividamento da população se projeta muito à frente da produção efetiva. Ele dá uma aparência de calma superficial à fúria da tormenta da crise econômica, que se escancara na turbulência profunda que vai arrasando o setor industrial. E vai alimentando um quadro de pressão inflacionária, pela redução da capacidade produtiva industrial do país.

A indústria sofreu retrocesso em todos os seus principais setores. Mas chama a atenção os -11,8% obtidos na produção de máquinas e equipamentos. Nos últimos dois anos, o retrocesso chega a 14,7% nesse ramo industrial. Ou seja, a crise está estrangulando a capacidade produtiva do país. Esse índice reflete ainda que não há investimento na produção. Os ganhos com a importação atraem os capitalistas para a compra dos produtos de fora. Não há como inverter essa tendência sem atacar os fundamentos da política econômica atual (controle cambial, metas de inflação, superávit primário). O Brasil é arrastado pela crise mundial.

As pressões econômicas e a disputa interburguesa

Diante das tendências da crise, aumentam as disputas entre as frações burguesas. Os focos de disputa anunciam conflitos mais agudos ao redor da política econômica.

O Congresso não consegue aprovar o orçamento da União. Há mais de 3 mil vetos da presidência a serem votados e isso abriu a possibilidade do judiciário bloquear a votação da atribuição de verbas. A partilha do orçamento é um dos fundamentos das composições políticas entre os partidos. Ou seja, as votações dos parlamentares e de seus partidos são determina-

das a partir da divisão das verbas públicas a serem aplicadas nos seus currais eleitorais. Por isso, o orçamento tem de contemplar a partilha feita entre as quadrilhas de políticos burgueses. O Supremo Tribunal Federal, que tem servido de canal de expressão e influência política das frações mais poderosas da burguesia, expressando seus interesses mais gerais, tem procurado disciplinar as quadrilhas na partilha das verbas públicas. Os bandidos políticos, por sua vez, reclamam a possibilidade de liberação das verbas de forma mais direta, sem ter de passar pelo crivo do poder executivo.

As pressões da disputa interburguesa ao redor da ampliação dos gastos públicos alimenta, paralelamente ao consumo hipertrofiado, as pressões inflacionárias. No final das contas, quem vai pagar por tudo isso são os explorados.

Preocupação do governo com a inflação nos alimentos

As tendências de alta dos preços dos alimentos no mercado mundial já repercutem no Brasil. Mas tendem a se agravar. Quanto mais vantajosa é a exportação de alimentos, maior é a pressão que ela gera sobre os preços internamente.

O governo criou o Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (Ciep). Pretende com ele controlar o armazenamento de estoques da produção alimentícia no país. O temor do governo diante das tendências da crise é duplo: elevação brusca de preços e falta de mercadoria ao consumidor. Os capitalistas temem uma intervenção estatal que os prive de ganhar muito dinheiro com a falta de alimento aos explorados. Há setores da agroindústria que podem apoiar a medida, por resultar circunstancialmente em aumento de vendas de matérias-primas. O fato é que as leis do mercado, as leis de funcionamento do capitalismo, se impõem diante da pretensa perspicácia dos ministros governamentais. O governo se mostra encurralado pelas tendências gerais da crise.

A seguir, veremos como os capitalistas vão brigar para ver quem sobrevive e quem morre diante do agravamento da crise. Essa turbulência de fundamento, profunda, vai arrastar também a superfície política, e as massas que ainda não se manifestaram vão despejar sua tormenta causada pelo despejo dos efeitos da crise pelos governos e capitalistas sobre seus ombros.

Responder à destruição de postos de trabalho

Retração industrial e as demissões

Dados do IBGE indicaram que a produção industrial no Brasil teve uma queda de 7,4%, no ano passado. Apontaram que em 17 dos 27 ramos, 50 dos 76 subsetores e 59,5% dos 755 produtos tiveram diminuição na produção. A fabricação de veículos retraiu 13,5%. Essa é uma demonstração de que a indústria no País vem sofrendo o impacto da crise econômica mundial.

O governo Dilma adotou o receituário imperialista de proteção das multinacionais e de alguns setores nacionais. As medidas de subsídios à produção, a diminuição da Selic para 7,5% ao ano, o Inovar-Auto, a elevação das taxas aos veículos importados e a desoneração da folha de pagamentos constituí-

ram o receituário. Mas não foram capazes de conter a retração industrial e acelerar o consumo interno.

As consequências do retrocesso industrial recaíram sobre os trabalhadores. A desoneração da folha de pagamento já golpeou as contas da Previdência. O patronato, entre eles os das multinacionais, deixou de pagar 20% de contribuição sobre a folha de salários. Ficou para o governo a responsabilidade de sanar o déficit da Previdência, avaliado em 16 bilhões só em 2012. Logo mais, descarregará sobre os assalariados. Não por acaso, tem feito campanha em favor de uma nova reforma da previdência que penalizará os pensionistas e imporá regras mais rígidas para se obter as aposentadorias, a exemplo do fator 85/95.

Os efeitos sobre os empregos começaram a vir à tona. Se-

gundo o IBGE, em 2012, a indústria encerrou com a diminuição de 1,4% de postos de trabalho. Em São Paulo, a redução foi de 2,6%, e na região nordeste, 2,7%. No ABC, o maior polo industrial do país, foram fechados 52 mil postos de trabalho, ou seja, quatro vezes maior do que ocorreu nas empresas da região metropolitana paulista, que se desfizeram de 11 mil postos.

As multinacionais arrancam a maior fatia de subsídios governamentais e respondem com violentos ataques à classe operária. Os acordos de flexibilização são suas exigências e que se tornam regras para o conjunto do operariado. Sangram os trabalhadores do ABC e quando se sentem atingidas em seus lucros, deslocam para locais onde a mão-de-obra é mais barata. Eis um dado: em 1975, mais de 85% da produção automobilista vinha do ABC; vinte anos depois, de cada 100 carros produzidos no País, 25 são no ABC.

A criação de emprego formal alcançou apenas 1,3 milhão de postos de trabalho. Na indústria, foram criados 33 mil empregos, no ano passado. Na construção civil, só 71 mil. Os setores de serviços e comércio continuaram à frente, com 666 mil e 374 mil, respectivamente. O que significa que, dos 1,3 milhão, 80% estão nesses ramos. Foram os piores resultados dos últimos três anos.

Mesmo assim, o governo e a burocracia sindical comemoraram os baixos índices de desemprego. A taxa de 5,5%, no momento em que o PIB alcançou 1,2%, foi propagandeada como a glória do governo Dilma. Na realidade, por baixo desses números se encontra um pântano: as estatísticas desconsideram os milhões de jovens que desanimaram de procurar o trabalho formal (os capitalistas dizem que não estão qualificados, o transporte é caro para procurar trabalho todos os dias, etc.) e as milhares de famílias vivem à custa do Bolsa Família.

Os capitalistas e a burocracia sindical contam vantagens de que os empregos foram assegurados graças aos acordos de flexibilização, que suspenderam operários por períodos de quase 6 meses, que ativaram o PDV (“demissões voluntárias”), que ampliaram o Banco de Horas e que reduziram os salários.

Os empresários se queixam do custo da folha de pagamento, que se elevou com os reajustes salariais acima da inflação. Trata-se de uma artimanha para justificar as demissões, a rotatividade e o fechamento ou transferência de fábricas de São Paulo. A elevação de 4,3% na folha de pagamento, indicados pelo patronato, não significa nada diante de grandes perdas do passado, nunca recuperadas, e diante da enorme lucratividade do capital.

Papel traidor da burocracia sindical

A eliminação de postos de trabalho e a flexibilização das relações trabalhistas golpeiam o conjunto do proletariado. As burocracias sindicais atuam como freio impedindo a reação coletiva da classe. Ocupam cargos no Estado, constituíram aparatos sindicais que são verdadeiras empresas de negócios escusos, fazem parte dos pleitos da burguesia e convivem harmonicamente com os exploradores, eliminando assim o conflito, inerente ao capitalismo, entre o capital e o trabalho. Portanto, agem como traidores da classe operária. Não causa espanto o fato de colaborar com os capitalistas na destruição de postos de trabalho.

O que ocorreu na metalúrgica Mangels, em São Bernardo

do Campo, só vem confirmar nossa caracterização de burocracia traidora. O empresário notificou os 360 operários sobre o fechamento da fábrica. Reação da burocracia: negociar uma indenização e a prorrogação por 4 meses do plano médico e da cesta básica. Portanto, a burocracia petista tomou a decisão patronal como justa diante da crise e pede uma esmola para os operários demitidos.

A multinacional Solvay Indupa anunciou, na primeira quinzena de fevereiro, a venda da unidade de Santo André. A burocracia do sindicato dos químicos do ABC, ao invés de organizar a reação dos operários, aceitou a pecha da empresa de que avisará o sindicato antes de fechar o negócio com o comprador. Isso quando a Solvay disse que não poderá garantir os empregos.

O mesmo ocorreu na Novelis, Minas Gerais. Os operários foram avisados que a empresa fechará um setor (Redução II), como parte do fechamento total. Reação dos dirigentes sindicais: correr atrás do prefeito e dos vereadores da cidade. O mesmo foi feito no caso da GM em São José dos Campos. Resultado: nesse campo, quem ganha é a empresa.

Burocracias de esquerda e as demissões

As multinacionais continuam o cerco em torno das medidas de eliminação de direitos e demissões. A GM de São José dos Campos forçou o sindicato da Conlutas-PSTU e este acabou aceitando o plano de redução do piso salarial e demissões. Em março, mais de uma centena de operários estarão sob o fio da navalha da multinacional, que poderá cortar seus empregos. Em troca, o acordo prevê alguns salários a mais como forma de indenização. Em dezembro, outras centenas de operários terão seus contratos encerrados, como diz o acordo. Sobre o conjunto da fábrica, está o facão do PDV, eliminando mais postos de trabalho. É fato que o sindicato, sob a direção do PSTU, se curvou diante da multinacional, que usou todo tipo de pressão, a exemplo de fechar a fábrica em São José. Quem perde? São os operários da GM e toda classe trabalhadora.

Enquanto a GM endurecia e o sindicato afrouxava, outras multinacionais da região faziam o mesmo. A Monsanto comunicou que a Eastman Chemical, que tem parte dentro da multinacional, fechou três setores, consequentemente os que ali trabalhavam serão demitidos. Ação do sindicato dos químicos, boa parte do PSOL: “vamos lutar por um pacote respeitável para os trabalhadores”. A multinacional Johnson&Johnson iniciou o mesmo processo de corte de emprego.

Os dirigentes sindicais de esquerda, que cindiram a CUT para “construir uma nova alternativa para os trabalhadores”, têm agido de forma corporativa diante das demissões, têm responsabilizado os operários pela correlação de força desfavorável, têm reproduzido o mesmo palavreado das burocracias governistas, que é a do “acordo possível”.

Retomam as greves nas obras do PAC

Os operários do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), a terceira maior obra do PAC, realizaram uma greve de 11 dias, exigindo aumento salarial, pagamento das horas do trajeto de casa ao trabalho, etc. A burocracia da CUT procurou adiar o início da greve para depois do carnaval. Os operários desconhecaram a manobra da direção do sindicato e

iniciaram a greve, que encerrou com a patronal aceitando algumas das reivindicações.

Na hidrelétrica Ferreira Gomes, Amapá, os trabalhadores se levantaram contra a brutal exploração, colocando fogo nos alojamentos. A repressão foi violenta e 12 operários foram presos. As empreiteiras, juntamente com a polícia e a Força Nacional de Segurança, prenderam os operários e incriminaram por formação de quadrilha e destruição de patrimônio. A repressão e as prisões objetivam intimidar a classe operária e fazer recuar as greves-levantes, rebeliões instintivas dos operários que passam por cima da burocracia sindical.

Nas obras do Maracanã, os trabalhadores paralisaram reivindicando direitos elementares contra a exploração.

É fato que, desde a criação do PAC, os operários não deram trégua às empreiteiras. Foram dezenas de greves nas usinas de Santo Antônio, Jirau, Belo Monte, no porto de Suape, Comperj e outras. Porém, têm a sua frente direções sindicais que não fazem senão proteger os milionários negócios das empreiteiras. Mantêm as greves isoladas, atuam contra a sua explosividade e colaboram com a repressão policial.

Campanha do POR

A crise econômica vem golpeando o setor industrial brasileiro. A burocracia sindical pró-governo amplia a ilusão de que as negociações, sem luta, entre o patronato e sindicato são a via para garantir os empregos e os direitos. Aceitaram e aceitam as pressões das multinacionais e encaminharam para o Congresso Nacional modificações na CLT, por meio do Acordo Coletivo Especial (ACE). Trata-se de um duro ataque às conquistas e o mais descarado colaboracionismo entre capital e trabalho. Anunciaram uma marcha à Brasília, no dia 6 de março, como forma de “negociar” com o governo o fim do fator previdenciário, as 40 horas de trabalho, a reforma agrária e os 10% do PIB à educação. São atos inconsequentes para dar visibilidade às burocracias sindicais. As reivindicações são genéricas para atrair os sindicatos, o MST e a UNE. Nada tem a ver com as reivindicações que unificam os trabalhadores em luta e organizem a resistência contra as demissões e fechamento de fábricas.

Ministério Público paulista iniciou processo criminal contra estudantes e funcionários da USP

Abaixo as medidas ditatoriais da Justiça burguesa! Organizar a luta contra a criminalização do movimento estudantil

O Ministério Público Estadual de S. Paulo denunciou por formação de quadrilha, posse de explosivos, dano ao patrimônio público, desobediência e pichação 72 pessoas (a maioria estudantes e funcionários), que ocuparam a reitoria da Universidade de São Paulo (USP), em novembro de 2011.

Tais alegações não passam de uma fraude legal para criminalizar um movimento que se utilizou da ocupação como meio de reagir à violação da autonomia universitária pela polícia militar, a mando do reitor e do governo Alckmin. Basta ver o absurdo de qualificar uma ação política como se fosse “formação de quadrilha”. É claro o objetivo de produzir uma incriminação coletiva, já que as provas foram criadas pela polícia,

Nem bem terminará a marcha dessa ala da burocracia, a Conlutas (PSTU) convoca outra marcha a Brasília, no dia 24, nos mesmos moldes da ala governista. Repete as reivindicações de reforma agrária, do fim do fator previdenciário e dos 10% do PIB à educação. Acrescenta a bandeira contra o Acordo Coletivo (ACE) e dá um tom mais à esquerda às reivindicações citadas pelos governistas.

O fato é que a classe operária se encontra dividida pela burocracia vinculada ao PT, PDT, PSB e PCdoB. Em meio a esse divisionismo, aparecem as disputas aparelhistas entre o PSTU e PSOL. Não há uma política de unificação dos movimentos em defesa dos empregos, dos salários e dos direitos trabalhistas.

A situação objetiva é a de demissões, eliminação de conquistas sociais e precarização do trabalho. As greves, no mês de fevereiro, sinalizaram a disposição dos operários de defender o emprego e lutar contra a violenta exploração do trabalho. O caminho da burocracia sindical é o de negociar o “possível”, porque parte da colocação de que a correlação de forças é desfavorável para os trabalhadores. Essa via é a da derrota.

O Boletim Nossa Classe, órgão sindical do Partido Operário Revolucionário, do mês de fevereiro, diz: *Nossa luta é por emprego a todos e garantia de estabilidade*. E levantou as reivindicações que devem unir a classe operária em defesa do emprego: **1) Estabilidade no emprego** (essa reivindicação defende os trabalhadores empregados contra as demissões); **2) Redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários** (uma verdadeira redução da jornada aumenta os postos de trabalho e os capitalistas têm de contratar mais); **3) Escala móvel das horas de trabalho** (é a única forma de acabar definitivamente com o desemprego e a fome, isso porque as horas nacionais trabalhadas são divididas entre todos que estejam aptos ao trabalho). Conclama a unidade operária e dos explorados para enfrentar as medidas de cortes dos governos e dos capitalistas. Levanta a bandeira de independência política das organizações dos trabalhadores frente à burguesia e seus governos, combatendo as burocracias sindicais vendidas. E ressalta a luta grevista e os métodos de ocupação como a via para enfrentar a crise econômica e suas consequências sobre a maioria explorada.

como a dos explosivos e destruição de patrimônio público.

O enquadramento de um movimento político-social na categoria de “formação de quadrilha” indica que a promotoria se vale das leis da ditadura militar, como o Decreto-lei 477, que considerava crime contra o País organizar ações coletivas nas universidades. O que a promotora criminal Eliana Passarelli faz é tornar um movimento de reivindicação estudantil em uma ação de criminosos. A promotoria, evidentemente, se coloca a serviço do governo Alckmin/PSDB, que pretende a expulsão dos estudantes da universidade e a punição criminal.

É necessário que o movimento estudantil nacional, os sindicatos e correntes políticas de esquerda saiam em defesa dos

estudantes acusados e pelas liberdades democráticas. Não vamos permitir que a reação avance contra os direitos mais elementares de manifestação, protesto, greve e ocupação.

Em fins de janeiro, foi assassinado o líder do MST, Cícero Guedes, sem que os mandantes estejam presos. Os camponeses têm suportado uma bárbara violência e os assassinos a mando dos latifundiários são premiados com a proteção dos governos e da Justiça. Como se vê, não é somente sob a ditadura militar que reina a arbitrariedade burguesa contra os explorados. Na democracia, o aparato do Estado se vale de outros meios para exercer a mesma opressão. É o caso da fraude criminal que considera estudantes em luta como “formadores de quadrilha”.

O ataque ao movimento estudantil se soma à ofensiva geral repressiva que os governos têm realizado contra os movimentos sociais nos últimos anos. Na USP, a violência policial (invasão do campus pela Tropa de Choque) foi desfechada contra estudantes e funcionários na greve de 2009, na desocupação da reitoria em 2011, no despejo da “Moradia Retomada”, durante o carnaval de 2012. No ano passado, os estudantes da Unifesp foram agredidos e presos mais de uma vez durante a greve, que tinha como uma de suas reivindicações justamente a retirada de processos criminais contra estudantes que ocuparam a reitoria em 2008.

Poucos dias antes da promotora Eliana Passarelli produzir essa monstruosa peça de acusação contra o movimento estudantil, a reitoria divulgou a suspensão por 15 ou 5 dias de dezenas de estudantes e funcionários por terem participado da ocupação de 2011. Inicialmente, os estudantes foram chamados a depor com sua sentença anunciada previamente (seriam eliminados com base no regimento disciplinar elaborado pela ditadura militar em 1972). Mas os entraves jurídicos levaram a reitoria a optar por medidas de menor alcance. Alguns, equivocadamente, julgaram que havia um recuo da reitoria. O que se vê agora é que a burocracia autoritária, marionete do governo do PSDB, buscou outro caminho para desfechar a repressão contra os lutadores: a via do Ministério Público. Ou seja, a aberta criminalização do movimento. O fato é que o ataque pretendido pelo reitor/interventor/governo é ainda mais duro que as eliminações anteriores.

A criminalização dos movimentos sociais é o exercício escancarado da ditadura de classe dos capitalistas e seus governos contra os oprimidos. E é a ingerência mais aberta dos capitalistas no interior da universidade, diametralmente oposta ao princípio da autonomia universitária, que de fato só existe nos discursos dos acadêmicos.

A repressão é um instrumento para impor a vontade da minoria autoritária contra as necessidades dos que estudam e trabalham. Os estudantes são agredidos, presos, processados, condenados, eliminados e criminalizados por lutarem pelas reivindicações de real autonomia e democracia universitárias, por moradia estudantil para todos, em defesa do ensino público e gratuito.

A perseguição política desfechada pelos lacaios dos capitalistas e de seus governos se volta contra essas bandeiras, que se opõem à privatização, à precarização e à elitização da universidade pública. O ataque ao direito de manifestação e expressão já seria grave, mas a repressão vai além: ela se volta contra as reivindicações mais sentidas pela maioria. A criminalização dos movimentos visa a proibir que se lute pelas necessidades e a aceitar passivamente a imposição das medidas ditatoriais do

reitor interventor/governo.

A universidade que temos é de classe, burguesa. O ensino superior é controlado pelos capitalistas da educação. A política dos governos (PT e PSDB) é a de impulsionar mecanismos de privatização, precarização e elitização da universidade, de acordo, portanto, com os interesses do capital. Estimulam-se para isso as chamadas parcerias, fundações, terceirizações, convênios, ensino a distância, instituição de métodos empresariais de gestão, atacam-se direitos de permanência (moradia e alimentação), transporte, tempo de graduação, acesso, etc. Para impor essas medidas, aumenta-se a ingerência governamental sobre as universidades e reprimem-se movimentos que se levantem contra. Aumenta o autoritarismo, nem mesmo as instâncias burocráticas e antidemocráticas funcionam na sua formalidade. É a destruição do ensino público que se processa.

É preciso colocar em pé uma ampla campanha de defesa dos perseguidos políticos no movimento estudantil, que deve se ligar à defesa dos demais movimentos atacados pelos governos e capitalistas, pela lei antigreve, pelas multas e processos, pelas imposições judiciais antigreve, pelos assassinatos de sem-terras, demissões políticas etc. A luta em defesa da real democracia universitária tem de responder aos ataques concretos que o reitor/interventor/governo exercem. Ficar fazendo discurso pela eleição direta para reitor, estatuinte, paridade nos órgãos colegiados, etc., quando não se responde à repressão exercida, é distracionismo. É colaboração passiva com as medidas repressivas. A defesa do ensino público não se limita à luta interior à universidade pública. Ela se projeta para fora, para ser consequente ela tem de se voltar para as reivindicações de conjunto da juventude: direito à educação a todos em todos os níveis (para isso, é preciso estatizar sem indenizar a rede privada de ensino e colocá-la sob controle coletivo de quem estuda e trabalha); direito ao trabalho para todos, com jornada de 4 horas para a juventude, para que possa se dedicar ao estudo e lazer. Mas essa luta começa no interior da universidade. A defesa do ensino público e gratuito passa pelo combate às medidas privatistas, de precarização e elitização. Une-se à defesa da real autonomia e democracia universitárias, única forma de impor o controle coletivo dos que estudam e trabalham e acabar com o poder autoritário da casta burocrática e corrupta que comanda a universidade como marionete dos capitalistas e seus governos.

O movimento estudantil caminha nesse sentido, por isso se choca com a burocracia universitária e o governo. Em 2011, se colocou pelas bandeiras de “Fora a PM”, “fim dos processos políticos contra estudantes e trabalhadores” e “Fora Rodas, reitor/interventor”. Adquiriu assim um caráter político de enfrentamento à ingerência do governo sobre a universidade. A defesa dos estudantes e funcionários que agora são alvo do Ministério Público é parte dessa luta, que começa com a convocação de um comitê de luta em defesa dos processados, com uma campanha de ampla divulgação e denúncia nas ruas, um chamamento aos sindicatos e demais organizações das massas, e um chamado às assembleias de estudantes e funcionários. Trata-se de aprovar uma campanha e constituir uma assembleia geral universitária, que delibere ações coletivas e de massa. Por essa via, derrotaremos o autoritarismo do reitor/interventor/governo e avançaremos a luta em defesa da universidade pública contra a privatização.

Publicamos abaixo a Nota do Fórum dos Processados da USP sobre a denúncia do Ministério Público Paulista, que foi tirada para ser reproduzida na imprensa sindical, estudantil, popular, dos movimentos em geral.

Nota do Fórum dos Processados

Nós, estudantes e funcionários da USP, fomos denunciados no último dia 05 de fevereiro pelo Ministério Público por formação de quadrilha, descumprimento da ordem judicial, pichação, danos ao patrimônio público e porte de material explosivo. A promotora Eliana Passarelli nos classifica como bandidos. Essas acusações poderão nos levar a uma pena de até 8 anos de prisão. No dia 08 de novembro de 2011, fomos tratados como criminosos, quando o reitor João Grandino Rodas e o governo do Estado (PSDB) armaram uma situação de guerra para desocupar a reitoria, enviando um efetivo de 400 homens, sendo eles da Tropa de Choque, Gate, esquadrão antibombas, cavalaria, canil e dois helicópteros. O reitor, a promotora e o governo Alckmin (PSDB) realizam uma fraude jurídica para transformar um movimento de reivindicação estudantil em crime comum.

A denúncia ocorreu poucos dias após recebermos a carta com o parecer da Comissão Processante responsável pelo processo administrativo interno da USP, que nos suspende por 5 a 15 dias. A reitoria se vale do Estatuto da USP de 1972 e do Decreto-Lei 477, ambos do período da Ditadura Militar. Tanto a reitoria quanto a justiça burguesa vestem toga, farda e botinas para nos criminalizar.

A reitoria e o Ministério Público são cúmplices do cerco que nos golpeia, isso porque criaram as condições necessárias para um processo criminal, ao julgar a ocupação da reitoria como o resultado de uma ação individual, juntamente com a implantação de provas pela polícia: gasolina, isqueiro e rojões que, segundo a promotora, serviriam para a construção de bombas caseiras.

Não somos criminosos nem bandidos! Lutamos e ocupamos legitimamente a reitoria, em ação de força contra a ingerência do Estado e o autoritarismo da burocracia acadêmica. Os processos e as penalidades que caem sobre nossos ombros se devem às bandeiras que empunhamos: FORA PM! FORA RODAS! FIM DOS PROCESSOS! E aos métodos de luta que empregamos. São bandeiras que se chocam diretamente com a política de destruição da educação pública e ações que atacam o poder autoritário da burocracia/governo. Somos criminalizados por defendermos um direito democrático, que há muito é negado à maioria e tem sido alvo dos interesses dos capitalistas de ensino.

Esse duro ataque não é um caso isolado. Estamos vivendo num momento de ascensão da repressão aos movimentos sociais, como demonstram o confronto com a PM durante a greve de 2012 na Unifesp de Guarulhos, que também resultou em prisões e processos, a covarde desocupação de Pinheirinho ou dos prédios abandonados de São Paulo, onde se abrigavam centenas de famílias. E o assassinato da juventude pobre e negra das periferias e, no final de janeiro deste ano, o assassinato do líder do MST, Cícero Guedes, e agora de sua companheira Regina dos

Santos Pinho. Os ataques também são desfechados sobre as organizações; por meio da Lei Anti-Greve, multam em milhões os sindicatos, como é o caso dos metroviários, ou a demissão da diretoria, inclusive do presidente, do sindicato dos ferroviários da Sorocabana na CPTM, em plena campanha salarial.

Junta-se a isso uma segunda ação de criminalização da política, promovida dentro da USP: a reintegração de posse de parte do bloco G do CRUSP – conhecida como “Moradia Retomada” – realizada no dia 19 de fevereiro de 2012. Esta também contou com um contingente policial desproporcional, e teve como saldo a detenção e o indiciamento criminal de mais 12 pessoas.

Estas duas agressões à liberdade política resultaram, além dos processos criminais citados, em processos administrativos internos com ameaça de expulsão. Temos desde já 6 pessoas eliminadas da universidade devido à ocupação do bloco G, e mais 10 processos em andamento contra pessoas envolvidas nos dois covardes episódios.

Declaramo-nos contrários à criminalização e perseguição política aos 85 presos políticos da USP, que se insere no contexto do imoral e desproporcional processo persecutório, totalmente contrário ao interesse público, que se instaurou no seio da maior universidade pública da América do Sul por obra do atual reitor. Solicitamos a anulação desses inquéritos, bem como a retirada dos processos anteriores a estudantes e funcionários da USP.

Nossa real defesa se concretizará pela unidade organizativa e na ação entre todos os que estudam e trabalham na universidade, entre as entidades estudantis, CAs e DCE, e os sindicatos dos funcionários (SINTUSP) e professores (ADUSP), bem como das demais organizações dos trabalhadores e da juventude externas à universidade. Reivindicamos que essa unidade se dê também ao redor de nossa defesa jurídica. Que todos os 72+12+8 presos, processados, eliminados e criminalizados políticos estejam sob assistência jurídica coletiva. Pela imediata anulação das suspensões e da denúncia do Ministério Público. Por uma defesa jurídica e política coletivas, pois se trata de um ataque à nossa liberdade de organização, nossas bandeiras e métodos de luta. Por uma ampla campanha que aglutine forças vindas de outras universidades, sindicatos e outros movimentos, para impulsionar uma luta conjunta contra a repressão que é desfechada ao conjunto dos que se mobilizam.

Abaixo a Ditadura do reitor/interventor/governo Alckmin!

Em defesa de nossa liberdade de organização e manifestação!

Em defesa de nossas bandeiras e métodos de luta!

Fim, imediato, aos processos e punições!

Não à criminalização dos movimentos sociais!

DCE da USP implode sua própria plenária sobre denúncia do Ministério Público contra estudantes da USP

No último dia 20/02, com a presença de cerca de 150 pessoas, na maioria estudantes, reuniu-se a plenária dos movimentos sociais, convocada pelo DCE-USP para discutir e encaminhar propostas sobre a denúncia do Ministério Público paulista contra estudantes da USP. Estiveram presentes o Sintusp (sindicato de funcionários), que também é organizador da plenária, representantes da ANEL, da CSP-Conlutas, do Sindicato metalúrgico de S. José dos Campos, da diretoria (minoridade) da APEOESP, do Sindicato metroviário de S. Paulo, de vários Centros Acadêmicos da USP, de partidos e organizações de esquerda (PSol, PSTU, POR, PCO, MNN, LER-QI, Práxis), autonomistas e independentes.

A discussão apontou a existência de vários processos contra estudantes e trabalhadores da USP. Muitos reforçaram que se trata de uma ofensiva que vem se desenvolvendo há alguns anos dentro da universidade, que incluiu a demissão do diretor Brandão em 2008 e a eliminação de 8 estudantes em 2011. E que hoje há uma ofensiva repressiva geral dos governos e capitalistas contra os movimentos sociais. Foi feita a denúncia de ameaça de morte a um diretor do Sintusp que se solidarizou com a luta indígena dos Kaiowaas. Professores denunciaram os processos e demissões de ativistas no litoral de São Paulo e em Guarulhos.

O DCE anunciou que, diante da nova situação, convocou para o dia da calourada unificada (27/02) um ato de protesto contra a denúncia, com parlamentares e intelectuais.

O Fórum dos Processados distribuiu uma nota pública que rechaça a denúncia, mostra que ela está inserida num quadro repressivo geral e chama uma campanha unificada. Defendeu também a convocação de uma assembleia geral de estudantes da USP, outra dos três setores. Que se convoque um comitê geral contra a repressão, que dê resposta política e jurídica ao conjunto dos processos políticos em andamento. Que nenhum estudante ou trabalhador fique sem assistência jurídica, que a comissão de advogados seja reforçada pelos sindicatos, centrais e demais organizações. Que se divulgue a nota dos processados na imprensa sindical. Que as organizações gerais dos estudantes (UNE e ANEL) chamem nas suas bases a organização de assembleias para discutir a situação e tomar resoluções e aprovar moções.

Além destas, foram feitas outras propostas: que o DCE aprove moções de apoio aos atacados pelos processos políticos nas demais organizações, citando o caso dos estudantes da USP. Que chame os estudantes a se manifestarem massivamente contra a denúncia e processos. Que se realize um ato público na entrega do abaixo assinado ao Juiz contra o recebimento da denúncia.

Grande parte das falas defendeu a convocação da assembleia geral de estudantes da USP como passo fundamental para responder à questão. Se é importante fazer um ato na primeira semana de aula, se é importante fazer a campanha fora da USP, é ainda mais importante que o movimento estudantil se manifeste. Essa é a forma de dar resposta coletiva contra a individualização promovida pela justiça burguesa.

Direção do DCE rechaça as propostas de mobilização

A direção do DCE, ao final das falas, só apresentou as propostas do ato do dia 27/02 e do abaixo assinado. Tentou deixar

de lado a questão da assembleia, assim como das demais propostas. Por isso, foi questionada. Argumentou que a assembleia tinha de ser convocada pelo DCE em uma de suas reuniões. É como se o DCE não estivesse presente, sendo que foi sua direção (PSol/PSTU) quem convocou a plenária e participou ativamente das discussões, sem ter se colocado em nenhum momento contra a assembleia. Num ato falho, a direção do DCE chegou a dizer que a proposta de assembleia servia para “tentar inviabilizar o fim da plenária”. De fato, a maioria não pretendia o fim da plenária sem o encaminhamento de propostas.

Chegou-se a um ponto em que o professor Souto Maior, presente à reunião, se manifestou por um requerimento ao DCE. Diante disso, a direção rechaçou a pressão a que estava sendo submetida e proclamou o encerramento da reunião, sem deliberar nada. Atacou Souto Maior por ser professor e se meter nos assuntos dos estudantes. Atacou o Sintusp por ser convocador da plenária e não defender a direção do DCE da pressão da base.

Os que ainda permaneciam presentes rechaçaram a atitude leviana da direção do DCE, diante do brutal ataque do governo/Ministério Público/reitoria. Alguns CAs se manifestaram em favor de tomar a questão da criminalização dos estudantes como ponto central da recepção aos calouros e convocar assembleias em seus cursos, defendendo a convocação de uma assembleia geral ao DCE. Alguns presentes se propuseram a fazer uma relatoria da reunião e de suas propostas, para que não se perdesse a rica discussão feita.

Nossa posição

O POR atuou na reunião com o boletim nacional da Corrente Proletária Estudantil, mostrou que a ofensiva repressiva reflete o agravamento da luta de classes e expressa o acirramento da ditadura de classe da burguesia contra os explorados, que as tendências da crise vão agravar os choques de classe, e defendeu as propostas de assembleia dos três setores, formação de um comitê geral contra a repressão, resposta coletiva política e jurídica aos processos, chamado à UNE, ANEL e demais organizações por uma campanha nas bases contra a repressão.

Cabe agora fazer uma ampla campanha pela convocação da assembleia geral de estudantes, para dar uma resposta coletiva e massiva contra a farsa da criminalização de estudantes pelo Ministério Público/governo/reitoria.

Fortalecer o Fórum dos Processados

No dia 14, ocorreu a reunião com a presença de advogados do caso dos processos administrativos internos da USP. Como a reunião começou tarde, o debate se centrou principalmente nas dúvidas jurídicas dos processados. Ao final, A LER-QI propôs que os encaminhamentos se limitassem à convocatória da plenária chamada pelo DCE para o dia 20 e ao ato proposto pelo mesmo DCE. A Corrente Proletária/POR se opôs a esse encaminhamento, mostrando a necessidade de discussão política da denúncia e de resoluções do Fórum para atuar no dia 20, de forma a não diluir a ação dos processados nas atividades chamadas pela direção do DCE, que se negou ao longo de todo o ano pas-

sado em fazer a campanha de defesa política dos processados. A maioria se colocou por uma nova reunião para fazer a discussão política e encaminhamentos da campanha, e LER-QI retirou formalmente sua proposta. Dizemos formalmente porque não moveu uma palha para que a nova reunião ocorresse.

Reunião decide pela luta

Na reunião do dia 18, a LER propôs que nada fosse decidido ali, porque não havia número expressivo para fazê-lo. Apesar de sua resistência, a reunião fez a discussão política e aprovou encaminhamentos, tais como a nota dos processados, a defesa de um comitê geral contra a repressão e da assembleia na plenária do dia 20, chamada por DCE e Sintusp.

A LER não se deu conta da mudança da situação causada pela denúncia do Ministério Público. O fato projetou a questão nacionalmente, e obrigou as direções sindicais e estudantis a se posicionarem em apoio aos estudantes. Antes disso, os processos administrativos eram encarados como um conflito interno à USP, em que se envolviam, de um lado, a reitoria e, de outro, estudantes que

Balanço do XIV CONEB da UNE

Governistas da UJS submetem estudantes à reforma privatista de Dilma/PT

O XIV Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB) da UNE ocorreu entre os dias 18 e 21 de janeiro, em Recife, e reuniu cerca de cinco mil representantes de CAS' e DCEs' de todo o país. Teve como tema a reforma universitária do governo (Reuni, ProUni, Cotas, FIES, Enade-Sinaes, etc.). A direção governista da UNE (UJS/PC do B) aprovou o apoio à continuidade da reforma universitária. Esta última, que foi iniciada ainda no governo Lula é, hoje, mantida e ampliada por Dilma. Sua essência é ampliar a mercantilização do ensino, e transformar a educação universitária dando-lhe um aspecto cada vez mais técnico. Além disso, a direção estalinista da UNE levantou novamente a bandeira de que os 10% do PIB para a educação é uma saída para a crise da educação, incluindo o ensino privado. Ao final do CONEB, convocou os estudantes para uma fantasiosa jornada de 'lutas' (na verdade, jornada de pressão parlamentar) em março a fim de forçar o governo a aprovar o PNE privatista.

Apesar de todos os espaços e GDs terem sido realizados, ao contrário dos dois encontros anteriores (feitos na Bahia e Rio de Janeiro), o evento manteve o mesmo caráter despolitizado e festivo dos dois últimos CONEB's. A UJS/PT trouxe para a mesa principal o Ministro da Educação, *Aloísio Mercadante*, apresentado pelo presidente da UNE, Daniel Iliescu, como um aliado. *Mercadante*, aplaudido pela burocracia estudantil, fez propaganda barata da política universitária do governo Lula e prometeu dar continuidade a ela no governo Dilma. O Ministro e a direção estalinista da UNE silenciaram propositadamente sobre o movimento grevista das universidades federais (greve docente-estudantil e dos técnicos administrativos) ocorrido poucos meses antes do encontro e atacado ferozmente pelo governo.

As correntes e organizações ligadas aos partidos burgueses (PSB, PPL, PMDB etc.) estiveram fracamente representadas no CONEB. Na disputa pelos rumos do encontro, dois blocos se articularam: um dirigido pela UJS/PCdoB-PT-PPL, outro impulsionado pelo PSOL e PCR na chamada oposição de esquer-

a ocuparam contra a vontade e a política das direções do DCE e sindicato docente (Adusp). Agora, trata-se de um ataque do governo/judiciário articulado com a reitoria para criminalizar estudantes como parte de uma ofensiva geral, que recai sobre o conjunto dos movimentos. Essa mudança encheu a primeira reunião dos processados, encheu a plenária do DCE e repercutiu nacionalmente.

Vencer os obstáculos das esquerdas

Para a vanguarda que se mobiliza contra as medidas repressivas do governo, justiça e reitoria, fica cada vez mais claro que é preciso vencer os obstáculos à luta colocados pelas próprias correntes de esquerda. Não há um ponto de partida para organizar a resistência e passar ao ataque senão a convocação da assembleia para decidir as bandeiras, as formas e os meios coletivos para defender os estudantes criminalizados e as liberdades políticas. Trata-se de fortalecer o fórum dos processados como organismo de frente única. Toda tentativa de desviar o caminho da unidade e da luta contra a repressão deve ser combatida com a crítica e com as propostas concretas.

da. Chamou atenção a acentuada posição governista do PCR. Defendeu o REUNI e não criticou o governo, quando dividia uma das mesas com o Ministro da Educação. Além do PCR, também a Consulta Popular (CP) fez frente com os governistas. A Consulta, que comparecia dispersa nos últimos encontros da UNE, veio com uma suposta posição de crítica ao governo 'cego' da direção majoritária, ao mesmo tempo em que criticava a oposição, chamada por eles de inconsequente. Porém, votou com o PT nas resoluções de Conjuntura, Educação e Movimento Estudantil, defendendo esta última junto com o PT.

O PSOL mostrou-se frágil no encontro. Alguns de seus grupos apareceram em pequena minoria (a exemplo do *Contraponto*) fruto da divisão no campo eleitoral. O grupo Barricadas-Rompendo Amarras, por sua vez, dedicou quase a totalidade da sua intervenção à chamada luta de opressões, passando por alto a principal opressão: aquela sofrida pelos explorados sob a dominação da burguesia, da qual a juventude padece nas escolas e bairros pobres. O PSOL usou e abusou em suas falas do nome Oposição de Esquerda, quando, na verdade, esta não existe, formando-se somente nos encontros nacionais para fazer a disputa por cargos.

A Corrente Proletária, atuou com um manifesto em que defendia a luta contra a mercantilização do ensino e pelo livre acesso dos estudantes ao nível superior. Também atuou na plenária da Oposição de Esquerda. A experiência do Coneb mostra o quanto é necessário construir uma fração revolucionária no seio da UNE, que empunhe um programa proletário para o conjunto da juventude oprimida e para a educação. A derrota do estalinismo, do petismo e do governo depende da formação de uma direção estudantil que encarne o marxismo-leninismo-trotskismo. Essa tarefa será viabilizada com o POR trabalhando incessantemente no seio das camadas estudantis mais oprimidas e que expressam a defesa do ensino público em completa oposição ao sistema privado. No Congresso da UNE, a tarefa é de defender o programa revolucionário e combater a política pró-capitalista do estalinismo e seus aliados.

Rondônia**Rechaçar a divisão da UNIR**

A Universidade Federal de Rondônia (UNIR), única Instituição de Ensino Superior (IES) pública do Estado, vem sendo golpeada pela falta de recursos, pelo sucateamento e pela corrupção. Agora, há uma investida pela divisão da universidade. Tudo indica que a divisão partiu da burocracia ligada à administração do corrupto Januário. Iniciou com um chamado aos professores do Campus de Ji-Paraná e com apoio do de Vilhena. A burocracia armou o seguinte esquema: uma universidade seria composta pelos Campi de Porto Velho, Guajará-mirim e Ariquemes, continuaria com a administração eleita no início de 2012. Uma segunda universidade federal seria administrada pelos que disputam a administração da suposta universidade e que encabeçam o movimento separatista (Ji-paraná e Vilhena), que agregaria mais dois Campi, o de Rolim de Moura e o de Cacoal. Justificam a divisão dizendo que é a solução para os problemas da UNIR. Na verdade, uma fraude para acomodar as burocracias acadêmicas no comando da universidade.

Defender a UNIR

A divisão da universidade enfraquece a luta coletiva dos professores, funcionários e estudantes contra o seu sucateamento e contra as medidas privatistas do governo. A divisão beneficia a burocracia acadêmica e, por isso, ela está se empenhando para que isso ocorra.

É verdade que a universidade está destruída. Falta tudo, desde as condições elementares de água e limpeza. Mas é falso que a divisão resolverá o problema dos baixos recursos. As verbas para universidade são miseráveis e, quando chegam, são surrupiadas pelas quadrilhas que manuseiam os recursos. O

Bahia**Oposição docente à direção da APUB/UFBA se organiza para participar do 32º Congresso do ANDES****Constituição da Oposição**

Após a histórica greve dos professores das Instituições Federais de Ensino (IFES), no caso da Universidade Federal da Bahia (UFBA), desencadeada à revelia da direção do Sindicato APUB, cuja direção é vinculada ao PROIFES (entidade governista), o comando de greve local, no seio do qual o POR participou ativamente, foi dissolvido ao final da greve e transformado em comissão de mobilização de lutas. A medida foi justificada como forma de exigir o atendimento das reivindicações locais e de formar uma chapa para disputar a direção da APUB contra a burocracia traidora do PT e PCdoB.

Entretanto, no processo de construção da chapa, correntes que atuam também na oposição, como o PSTU e O Trabalho (OT), se submeteram às pressões de alguns docentes influentes na academia, que ditaram critérios meramente academicistas para a escolha de membros da chapa. Levantaram-se obstáculos à participação da militância do POR, sob os argumentos reacionários de que a categoria é marcadamente conservadora. Portanto, era preciso excluir as posições mais combativas (chamadas de radicais), para supostamente garantir os votos e a vitória da chapa. Além disso, a falta de discussão progra-

caminho, ao contrário da divisão, é a unificação da luta para arrancar o que é necessário para a manutenção da universidade.

Convocar a assembleia geral

As entidades dos estudantes, (CAs e DCE), dos professores (ADUNIR) e dos funcionários (SINTUNIR) devem chamar a assembleia geral para enfrentar os destruidores da universidade. A unidade e a mobilização são fundamentais para a defesa da universidade. É por meio da assembleia geral que se imporá a democracia, princípio fundamental da verdadeira autonomia universitária. **É preciso que a assembleia levante a bandeira: ao invés de desmembrar a UNIR, construir novas universidades.**

A posição do DCE, os maoístas, é a da defesa de uma estatuinte e a participação dos estudantes no Conselho Superior da Universidade, como forma de barrar a divisão. Portanto, iludem os estudantes que, por meio dos órgãos da burocracia, será possível combater a divisão. A estatuinte pressupõe apenas mudanças nos estatutos da universidade, preservando sua estrutura com os organismos burocráticos e seus respectivos dirigentes. Ao contrário, será pela via da decisão democrática e coletiva (assembleia geral) que se armará um combate aos divisionistas e se lutará pelas reivindicações de defesa da universidade pública e gratuita. Fazer a defesa da Assembleia geral universitária significa levantar a bandeira do governo tripartite (professores, estudantes e funcionários) para que a universidade passe para as mãos dos que estudam e trabalham.

Nada de desmembrar a UNIR! Construir novas universidades! Mais verbas para o ensino público! Controle coletivo da universidade!

mática consistente e a ausência de definição política clara na oposição, como a necessidade de combater intransigentemente a política educacional privatista do governo de Dilma Rousseff (PT), fazem com que as diferenças entre as correntes fiquem obscurecidas, como, por exemplo, o divisionismo entre PROIFES/ANDES e CUT/CONLUTAS.

O POR lançou um manifesto, expondo o problema e chamando uma plenária para a discussão programática em torno da necessidade de combater a política educacional privatista de Dilma (PT) e da burocracia incrustada há mais de uma década na APUB, colocando-se na defesa do ensino público e de uma direção combativa para o sindicato. Impedido de participar na chapa de oposição - chapa 2 (PSTU/OT e independentes) – apoiou-a criticamente, suas limitações programáticas. As eleições ocorreram em novembro de 2012 com duas chapas em disputa: chapa 1 (Amplitude e renovação), representando o continuísmo da gestão anterior e a chapa 2 (Apub viva), saída do comando de greve. A vitória da chapa 1 sobre a chapa 2 foi apertada. Ganharam no setor dos aposentados, afastados da luta e nos cursos majoritariamente conservadores e defensores da reforma universitária petista, aliada com a linha política da reitoria.

Em dezembro, a chapa 2 (Apub viva) fez um balanço das eleições, mas não avaliou criticamente as limitações programáticas, as posições divergentes e o significado da derrota para a chapa governista. Chegou ao ponto de alguns membros da chapa oposicionista comparecerem à posse da diretoria governista eleita e à confraternização natalina da ex-diretoria destituída pela base mobilizada pela greve. Tal fato resultou, inclusive, em críticas de professores da base. Desde então, um pequeno grupo tem se reunido para retomar a organização da oposição. O POR tem participado ativamente das reuniões do grupo de oposição, defendendo as posições programáticas e revolucionárias para fortalecer a oposição e a combatividade docente diante da política educacional do governo federal, aplicada pela reitoria e a direção burocrática do sindicato. Porém, a predominância de posições ligadas ao PSTU/OT frente aos independentes, além da política do PSol, em nível nacional, impede o avanço do movimento docente.

Congresso do Andes

Atualmente, o ponto principal das reuniões da oposição na UFBA é a participação no 32º Congresso do Andes a ser realizado no período de 4 a 9 de março no Rio de Janeiro, com o tema central: Sindicato nacional na luta pelo projeto de educação pública e condições de trabalho. Os temas que serão debatidos no congresso são: 1. Movimento docente e conjuntura; 2. Centralidade da luta; 3. Políticas sociais, política educacional; 4. Questões organizativas e Financeiras; 5. Plano de lutas- geral, educação e direito a organização dos trabalhadores; 6. Plano de lutas-setores. Pelos textos enviados ao caderno de tese do Andes, observa-se que membros da corrente O Trabalho assinam textos, defendendo a posição de que o Andes deixe a Conlutas e retome sua filiação à CUT. Os textos publicados no tema 1: movimento docente e conjuntura versam sobre a construção da unidade de classe na CUT, entretanto, faz uma análise falsa e exitista da participação da CUT e CONDESEF na greve dos servidores públicos federais.

A posição da OT esconde o caráter da burocracia petista à frente da CUT, sua posição governista e atrelada ao governo federal, a sua aliança com setores da burguesia nacional e seu papel na assinatura de acordos de flexibilização dos direitos trabalhistas. As direções petistas em sindicatos, federações e confederações foram o principal obstáculo à constituição de um vigoroso movimento grevista nacional e à unificação das lutas dos servidores públicos federais. A greve foi contida pelo nível de burocratização das direções, que as direcionaram para as negociações de cúpula com o governo e à assinatura de acordos rebaixados, como foi o caso do PROIFES. A corrente O Trabalho afirma que, após a ruptura do ANDES com a CUT, sua política se reduziu ao denunciamento.

Extraído do Boletim da Corrente Proletária:

32º CONGRESSO DO ANDES-SN: PRECISAMOS AVALIAR A GREVE DE 2012, APROVAR UM PLANO DE LUTAS E AVANÇAR NA COMBATIVIDADE DO MOVIMENTO DOCENTE

- 1) avançar coletivamente na organização, mobilização e luta;
- 2) assumir uma posição clara em defesa da Universidade Pública contra o ensino privado e a política privatista dos governos federal e estaduais;

Não consegue diferenciar a direção atual do ANDES da base dos professores. OT não tem como criticar a direção do ANDES, pois convive harmonicamente com a cúpula burocrática petista na estrutura da CUT e desenvolve uma política reformista nos sindicatos que chegou a dirigir. OT imagina defender a unidade com a posição igualmente divisionista de ruptura do ANDES com a Conlutas, sem fazer a crítica da política reformista e o papel da burocracia petista na direção da CUT.

Posição do POR

O POR foi uma das primeiras correntes a alertar sobre as consequências da política divisionista no interior dos movimentos sociais e sindical. Colocou-se contra o divisionismo do PSTU e defendeu a constituição de frações revolucionárias para defender as reivindicações da classe operária e demais explorados e combater a política reformista e de conciliação de classe do PT/PCdoB na CUT e demais organizações. O POR continua defendendo o princípio da unidade organizativa da classe operária e demais explorados, contra o divisionismo reinante e a luta burocrática em torno dos aparelhos sindicais pelas diversas centrais, partidos e correntes. Por isso, longe de combater o divisionismo com divisionismo, tem defendido que as organizações se coloquem claramente pela constituição de uma única central combativa, democrática e independente da burguesia.

Certamente, a questão do divisionismo que atingiu também o ANDES/SN será o ponto central do debate entre as correntes políticas presentes no congresso. Mais cedo ou mais, a oposição na UFBA terá de discutir franca e abertamente esta questão. Para materializar a participação na condição de delegados no 32º Congresso do ANDES foi enviado um ofício para a direção do sindicato solicitando a convocação de uma assembleia para a eleição de delegados. O pedido foi negado. Em reunião da oposição realizada no dia 1/02/2013, foi deliberada, após várias rodadas de intervenções, que coletaríamos assinaturas dos professores solicitando a realização de uma assembleia para tirada de delegados para o Congresso do Andes, encaminhando o pedido à regional nordeste III. Diante disso, a direção regional do ANDES já convocou uma assembleia para o dia 22/02 na Faculdade de Arquitetura. A militância do POR participará da Assembleia, defendendo a necessidade de que o Congresso do Andes faça uma séria avaliação da última greve e aprove um plano de luta em defesa das reivindicações do movimento docente e do ensino público, contra a política educacional privatista do governo Dilma Rousseff (PT) e governos estaduais. Defende também que o Congresso se coloque contra o divisionismo das correntes, em defesa de uma única central e da unidade organizativa dos explorados.

- 3) aprovar um Plano de Lutas e campanhas em defesa das nossas reivindicações e da educação pública, que respondam aos desafios colocados na atualidade;
- 4) defender a unidade da categoria docente em nível nacional e local, a articulação com a luta dos estudantes e servidores, contra as tentativas de divisionismo existentes;
- 5) lutar decisivamente contra o processo de burocratização e estatização das organizações e entidades sindicais desenvolvido pelas burocracias alinhadas ao governo.

Ceará

Governo Roberto Cláudio (PSB/PC do B) quer impor proposta draconiana de calendário escolar!

Nada de trabalho aos sábados, feriados e férias! Pela redução da jornada de trabalho e salário vital de R\$ 4.000!

O Secretário de educação, Ivo Gomes, pretende impor um calendário escolar para 2013 de enorme sobrecarga aos professores: 10 sábados letivos (1 por mês), nove dias letivos no mês de julho e transformar feriados, municipais e estaduais, em dias letivos. A Apeoc traidora já aceitou a diretriz geral do calendário do governo do PSB. A direção majoritária do Sindiute (PT) se recusa a fazer campanha contra. O governo sente-se forte depois do PACTO, firmado no MP, para impor um calendário sacrificante à categoria. Mas uma vez o governo disfarça seu ataque. Ele diz que todos estes períodos de trabalho, não convencionais, serão devidamente e muito bem remunerados. Os professores precisam evitar a arapuca armada pela SME; precisam dizer NÃO a este ataque camuflado. Aceitá-lo é concordar com uma brutal jornada de trabalho que, somada ao 5º tempo, esmagará física e psicologicamente os professores. O que ganharão a mais os que aceitarem a proposta? Algumas migalhas a mais no salário e aumento de doenças ocupacionais, transtornos psíquicos etc. E tudo para realizar um capricho do governo, de querer começar o ano letivo de 2014 em 3 de fevereiro! Que comece em março, abril ou qualquer outro mês, mas que não sacrifique as condições de trabalho dos professores nem de estudo dos alunos! O alinhamento do calendário municipal com o estadual e

com o de escolas particulares pouco contribuirá para o aumento da aprendizagem escolar. O principal a ser feito: solucionar o problema da estrutura física, assegurar emprego às famílias, reduzir a jornada de trabalho do professor, pagar o salário vital de R\$ 4.000; garantir plena autonomia e democracia escolares, com eleição para diretores e soberania da assembleia escolar o governo rejeita e não o fará. E não o fará porque está obrigado, pela crise econômica geral e pela necessidade de pôr o orçamento do estado a serviço dos capitalistas, a manter as escolas funcionando como sempre estiverem até hoje: de pires na mão. Ao contrário do que diz, a crise da educação em Fortaleza (assim como no restante do país) não é um mero problema de gerenciamento; ela expressa a profunda desagregação capitalista e a bárbara crise social dela decorrente (violência, drogas etc.). Os governos, são governos da época da barbárie social e do afundamento do capitalismo. Quando falam de melhoria do ensino não é senão com o objetivo de melhor enganar a população pobre e os explorados.

- Abaixo o calendário draconiano do governo! Defesa de um calendário escolar sem 5º tempo, e sem nenhuma medida de trabalho a mais! Escola sob controle dos que estudam e trabalham!

Londrina - PR

Trabalhadores da Ask/ Sercomtel enfrentam mais ataques

Não bastasse a pressão da empresa, a parceria desta com o sindicato pelego, o movimento enfrenta também traições de supostos apoiadores.

Após a vitória esmagadora contra os patrões, na última assembleia dia 29 de janeiro, o movimento obrigou o sindicato a voltar às negociações com os patrões. O colaboracionismo do sindicato chegou ao ponto de contestar judicialmente a liminar que permitiu a presença dos cinco demitidos na última assembleia. A burocracia alegou que “poderia acarretar em desordem e até mesmo na nulidade do acordo coletivo”. Para os traidores, o demitido já não é mais trabalhador e não mais pertence ao sindicato. Atitude patronal escancarada do pelego, em tom de desespero, levou o sindicato a recorrer ao juiz para garantir a repressão aos trabalhadores. Está mais do que claro a sua atitude pró-patronal.

A empresa que também manobra para acabar com o movimento, afastou temporariamente os carrascos da administração direta, com argumento de que está democratizando e auxiliando no bem estar dos trabalhadores insatisfeitos com a pressão dos supervisores e coordenadores. Outra manobra para dispersar o movimento foi a de montar outra comissão de negociação - lembremos que antes ele havia demitido a comissão eleita na assembleia - entre os funcionários da empresa, incluindo membros operadores e do pessoal administrativo (que

normalmente votam contra os operadores). Assim, reuniu em sua sala de 10 em 10 operadores para jogar mentiras, criminalizando os demitidos e o movimento em geral. O autoritarismo foi ao extremo, servindo de instrumentos de coação. O patrão, aproximando-se mais dos trabalhadores, acaba se especializando nas ações terroristas ameaçando com a possibilidade de mais demissão se o salário tiver de aumentar.

Por outro lado, se confirmou mais uma vez que elementos ligados à CUT passaram informações à cúpula da empresa sobre as intenções do movimento. Na verdade, existem elos políticos mais do que evidentes entre a cúpula da empresa e a CUT, pois o superintendente da ASK Jeferson Belas é filiado ao PCdoB; e a coordenadora é do PT.

O movimento continua firme pelas reivindicações salariais, contra os abusos, pressão, coação e denunciando as manobras de atraso na assembleia para desmobilizar o movimento e favorecer que os rebelados se demitam. O comitê deve continuar com o trabalho de politização do movimento, combatendo as denúncias criminalizadoras, combatendo a postura do sindicalista pelego, continuando na luta pela recuperação do sindicato como entidade de defesa das reivindicações dos trabalhadores e não do patrão. A próxima assembleia será marcada logo, e o Comitê deve chamar a greve geral, somente assim se garantirá a efetiva luta dos oprimidos contra seus opressores.

Londrina: Aumento da tarifa e demagogia política do prefeito e dos dirigentes sindicais

O Prefeito aumentou a tarifa do transporte na cidade afirmando que era “inevitável”. Antes, desde primeiro de janeiro, já vinha repetindo esta mentira todos os dias para ir anestesiando aos trabalhadores contra este golpe. Todo o teatro de questionar “tecnicamente” a planilha de custos era também para desviar a atenção da finalidade verdadeira do aumento: garantir o lucro dos capitalistas que exploram o transporte coletivo.

A notícia veiculada oficialmente pela prefeitura vem acompanhada de uma tentativa de amenizar o golpe contra os trabalhadores que “teve reajuste abaixo da inflação”. Até parece que se preocupa tanto com as economias dos trabalhadores que terão que arcar com a nova tarifa!

O sindicato dos empresários (Metrolon) contesta publicamente a nova tarifa. Diz que, na verdade, deveria ser de R\$ 3,10 para pagar todos os custos salariais e de manutenção dos ônibus. Pura encenação! Os empresários falam isso para livrar

a pele do prefeito que é cupincha deles. É claro que, se pudessem, cobrariam muito mais. Porém, eles fazem parte da corriola que define a planilha da tarifa.

Já o sindicato dos trabalhadores, Sintrol, ameaçou com uma greve reivindicando aumento nos salários, pois o reajuste da categoria está atrelado à tarifa. Mas tudo não passou de uma manobra para dar mais um alibi ao prefeito e justificar o aumento. Como das outras vezes, o sindicato dos trabalhadores faz coro com o sindicato dos patrões para aumentar a tarifa.

O movimento pelo transporte deve organizar a população e a juventude contra o aumento da tarifa. Também deve lutar pelo salário mínimo vital para que os trabalhadores consigam enfrentar as suas necessidades. Ao mesmo tempo, continuam vigentes as bandeiras de passe livre para estudantes e desempregados e estatização do transporte público, sem indenização e sob controle dos trabalhadores e usuários.

Paraíba :Todo apoio à greve dos trabalhadores da Energisa Contra as demissões e a flexibilização!

O facão da Energisa continua em atividade. Só em janeiro, cerca de 50 trabalhadores foram demitidos. Os abusos da empresa não param por aí: aumentam as terceirizações, não respeitam a data base da categoria e os chefes dos setores perseguem aqueles que se contrapõem ao aumento da exploração.

No dia 18 de fevereiro, foi deflagrada a greve, que conta com adesão dos trabalhadores das cidades de Patos, Souza, Itaporanga, Guarabira, Esperança e Campina Grande. Os grevistas reivindicam o fim das demissões em massa e das terceirizações. Se queixam das pressões da empresa com relação à produtividade e que, mesmo cumprindo as metas, as demissões não param de ocorrer. Outro aspecto da luta é se contrapor às desigualdades de direitos. Nem todos os trabalhadores têm direito ao plano de saúde, transporte e as gratificações das férias. Há também desigualdades salariais entre trabalhadores que desempenham a mesma função. Em Patos, os grevistas dormiram em frente à empresa para impedir que as viaturas saíssem para o trabalho. Isso porque a diretoria estava retirando os carros de noite para deixá-los nas casas dos fura-greves. O piquete feito se mostrou acertado e deu força ao movimento.

A Energisa entrou com o pedido de ilegalidade da greve, que foi negado pela justiça que, ao mesmo tempo, determinou a manutenção de 40% da força de trabalho em atividade, como prevê a maldita lei anti-greve, que estabelece multa diária de 20 mil reais ao sindicato.

Não podemos aceitar nenhuma demissão. A questão não é que a empresa negocie com o sindicato as demissões em massa, com mais ‘vantagens’. Todo trabalhador sabe das desgraças que acompanham o desemprego. Não vamos aceitar que nenhum trabalhador seja jogado na rua. Temos de unir empregados e desempregados e 1) brigar pela efetivação dos terceirizados com os mesmos direitos dos demais (a quebra da isonomia prepara novas demissões e a gradual substituição de trabalhadores que ganham mais, por outros com contratos precários). 2) exigir que a empresa seja reestatizada e controlada pelos próprios trabalhadores, que são os que de fato fazem o sistema de distribuição de energia funcionar. 3) Lutar contra o salário de fome exigindo o salário mínimo vital, calculado pelos próprios trabalhadores e que seja suficiente para uma família trabalhadora viver com dig-

nidade. 4) combater o desemprego em geral. Enquanto há companheiros nas ruas, os capitalistas usam isso para jogar trabalhador contra trabalhador, fazer a gente competir por migalhas em vez de nos unirmos. A tarefa que temos é defender o trabalho para todos, isto deveria ser o mínimo que o capitalismo deveria garantir. Por isso, erguemos a bandeira de Escala Móvel das Horas de Trabalho (que todas as horas disponíveis sejam divididas entre todos que podem trabalhar, sem redução de salários).

O contexto da crise econômica mundial exige que fortaleçamos nosso combate e busquemos a unidade. Os capitalistas só querem aumentar seus lucros às custas da nossa exploração. Não podemos permitir. A unidade é essencial. Vemos como a divisão do Sindicato de João Pessoa e Borborema causa prejuízos. Esta separação não interessa aos trabalhadores, mas sim às burocracias sindicais. Além de superar a divisão do sindicato, temos a tarefa de superar a divisão entre centrais. Neste sentido, é fundamental e urgente que o Stiupb e demais sindicatos realize ampla campanha contra a lei anti greve, pois esta vem sendo um duro golpe contra os trabalhadores. Não podemos aceitar a intimidação e a punição estatal contra as organizações sindicais. Somente o método de luta da classe operária vai arrancar dos capitalistas da Energisa as reivindicações e conquistar a vitória.

Como vamos conquistar nossas reivindicações?

As manobras judiciais não são o terreno próprio dos trabalhadores. Sabemos que a Justiça é vendida. Para obrigarmos a empresa a readmitir aqueles que foram jogados no olho da rua, será necessária muita luta. Alertamos que esta greve não pode ser passiva, morta. Temos que encher as ruas e praças de todas as cidades, realizar marchas, ocupações, piquetes e bloqueios. Que as assembleias seja o espaço máximo de deliberação e que seja tirado um comando de greve pela base. Este é um combate decisivo. Lutar por emprego é lutar por nossas vidas.

Contra as demissões! Trabalho igual, salário igual (isonomia)! Salário Mínimo vital com escala móvel de reajustes! Estabilidade no emprego! Escala móvel das horas de trabalho! Estatização sob controle operário!

Seca no Ceará: miséria nos municípios do interior é culpa da burguesia e latifundiários

A pior seca dos últimos 30 anos continua castigando a população pobre do interior, especialmente os camponeses que vivem em regime de agricultura familiar. Após algumas chuvas em fevereiro (e a corrida desesperada dos agricultores em iniciar o plantio, para fugir da miséria), recomeça o temor de agravamento da seca e perda das pequenas plantações feitas.

A estiagem, natural em regiões semiáridas, se converte em sofrimento e miséria das massas por culpa do latifúndio e da burguesia. Segundo estudo de Uribam Xavier, feito em 1999, no Ceará cerca de 15% dos proprietários possuem 70% das terras agricultáveis, e apenas 0,65% dos proprietários de terra ou seja, os latifundiários, concentram 20% das terras férteis do estado! Crédito farto, sementes selecionadas, maquinário, assistência técnica do governo etc. só existem para este punhado de proprietários de terra. Não é casual que, enquanto a maioria

Bahia

Os primeiros passos do governo ACM Neto na prefeitura de Salvador

O Partido Democrata (DEM), ex-PFL, foi reabilitado em Salvador com a vitória de ACM Neto para a prefeitura da capital baiana, num cenário de revolta e indignação dos servidores públicos, particularmente, do setor da Educação e da polícia militar, categorias que fizeram greve em 2012, contra as ações repressivas e de indiferença do governo Wagner (PT) frente às suas reivindicações. A política petista no governo do Estado foi, em parte, responsável pela volta do carlismo ao poder em Salvador. Nem mesmo o apoio de Dilma Rousseff e Lula (PT) ao candidato petista às eleições municipais (Nelson Pelegrino) foi suficiente para garantir a vitória.

ACM Neto tratou, logo de início, de se precaver contra a insatisfação da população com os desmandos do ex-prefeito João Henrique (PP), alegando que o mesmo deixou uma dívida de 400 milhões de reais e de que era preciso “arrumar a casa”, antes de poder cumprir com as promessas de campanha. Como sempre, depois das eleições, os partidos burgueses jogam fora o discurso de que resolverão todos os problemas e passam a gerenciar a máquina estatal de acordo com seus próprios interesses e das frações capitalistas que representam. ACM Neto alegou que fará cortes no orçamento e reorganizará a atual estrutura da administração, sob o argumento de que combaterá o nepotismo, adotado sistematicamente pelo ex-prefeito.

Logo nos primeiros dias, o novo prefeito assinou 39 decretos divididos em três partes: gestão ética e transparência e programas e ações. Já assinalou a redução dos gastos de 25% com o pessoal em todas as secretarias, com exceção da saúde e educação. Um fato curioso, que despertou a atenção de todos, foi a manutenção do Secretário de Educação João Carlos Bacelar, investigado pelo Ministério Público sobre irregularidades nos contratos assinados com ONGs, bem como outras denúncias de corrupção e desvio de dinheiro público. Também, curiosamente, houve um incêndio em janeiro na Secretaria de Educação do município de Salvador, exatamente no setor de arquivos de contratos e documentos, fato esse bem comum quando se quer eliminar provas, queimar documentos importantes e velar a corrupção no interior do estado.

ACM Neto tem mobilizado a imprensa burguesa no senti-

passa por privações e perda sua pequena plantação de feijão e milho, o Ceará continue sendo o maior exportador de rosas do país e o segundo exportador nacional de frutas tropicais. No baixo Jaguaribe, empresas como a Del Monte, J. S. Salute aumentam seus lucros, enquanto no sertão os camponeses pobres mal tem água pra beber!

A saída histórica para o problema da miséria no interior do estado não é outra senão a expropriação dos latifúndios e a entrega das terras para quem nelas deseja trabalhar. A burguesia é incapaz de industrializar o interior do estado, de criar potentes agroindústrias, de promover a irrigação das terras áridas. Os camponeses pobres precisam lutar contra seus opressores e defender a aliança operário-camponesa para expropriar o poder da burguesia e erradicar em definitivo a fome e o atraso econômico.

do de que tem boas intenções de mostrar serviço à população, após o caos da gestão de João Henrique, afirmando que fará um amplo pacto tanto com o governo estadual quanto com o governo federal, ambos do PT, para a reconstrução de Salvador. O Prefeito diz que será implacável com todos que não cumprirem os compromissos básicos firmados em sua gestão, com frases impressionistas do tipo: foco na população, valorização do servidor, alinhamento das estratégias para compor uma agenda mínima, cobrança de resultados, aderência aos mais altos padrões éticos, tolerância zero com relação ao descalço da coisa pública, austeridade fiscal, fazendo mais e melhor com menos recursos.

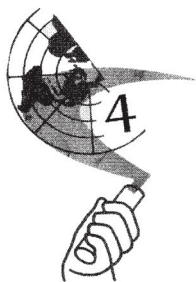
Na verdade, já se observa medidas ofensivas na educação e saúde, retirando direitos conquistados pelos professores, fechando turmas, adotando um férreo controle sob a categoria dos professores e dos servidores da saúde, que tem respondido com manifestações, porém represadas pelas burocracias estalinistas e reformistas à frente dos sindicatos dos professores e servidores municipais. Os professores têm se manifestado, embora ainda de forma tímida, particularmente, os concursados que não foram convocados. A direção da APLB tem tido uma postura passiva diante desses ataques. A base tem pressionado a realização de uma assembleia para a discussão dessas questões. Há uma disposição de uma parcela da base da categoria para a greve e outra parcela está com muito medo da postura do “grampinho” como é conhecido ACM Neto aqui na Bahia.

O fato é que, tanto em nível do governo estadual de Jaques Wagner (PT), quanto do município de ACM Neto (DEM), os ataques contra professores e servidores públicos colocam a necessidade de mobilização e luta. Certamente, as direções dos sindicatos (PT/PCdoB), base do governo estadual/federal se mostrarão impotentes diante dessa tarefa. Da mesma forma, o reformismo (PSol) e o centrismo (PSTU) se mostram impotentes no combate às burocracias incrustadas nos sindicatos, devido à sua política divisionista e à ausência de um claro programa revolucionário. Apenas sob a condição de organização de uma fração revolucionária nessas categorias, será possível avançar a mobilização e a luta do funcionalismo e dos professores municipais e estaduais.

Nesta edição:

- Fora Yoani Sánchez
- Cuba: processos da restauração capitalista
- Venezuela: A crise econômica avança em direção à bancarrota do impotente “Socialismo do Século XXI”
- Piñera e seu conto da cúpula mundial CELAC-UE
- Lições da tragédia chilena

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Fora Yoani Sánchez

A opositora pró-capitalista, pró-imperialista e pró-democracia dos exploradores teve seus dias de glória no Brasil. Escolheu-o como ponto de partida de um périplo em vários países, com o objetivo de atacar o regime cubano e defender a democracia. A burguesia latino-americana tem procurado ecoar o processo de restauração capitalista em Cuba.

O poderoso jornal “O Estado de São Paulo”, que cede espaço regular em suas páginas para a “blogueira”, que com isso deve lhe pagar bem, feroz inimigo da revolução e franco porta-voz do imperialismo, principalmente dos Estados Unidos, está à frente da iniciativa. Os partidos de oposição ao governo petista, considerado complacente e conivente com o regime dos castros, estão de corpo e alma nessa empreitada.

Yoani, que escreve o que o imperialismo e a burguesia latino-americana querem propagandear, que se apegue a clichês do ideário burguês sobre a liberdade de expressão e que se revela ignorante da história, foi acolhida como uma personalidade de alta importância. Um amplo esquema foi montado pelos inimigos da Cuba revolucionária e socialista, que expropriou a grande propriedade dos meios de produção e expulsou o imperialismo, com a tomada do poder em 1959, para dar presença e altissonância a essa figura imbecilizada.

A burocracia universitária, “intelectuais”, cineastas, parlamentares e jornais foram acionados para Yoani Sánchez brilhar com suas investidas contra a ditadura dos castros e pela democracia burguesa, servil ao imperialismo. A apoteose da vendida culminou com sua subida à mesa da Câmara dos Deputados, pelas mãos do PSDB, DEM e PPS. O circo se instalou com palmas dos parlamentares pró-Yoani e contra-Yoani, de petistas, pecebobistas, etc.

O jornal O Estado de São Paulo planejou o encerramento das atividades da blogueira com um evento em sua sede. Informou que 70 veículos de comunicação, do Brasil e do exterior, participaram da entrevista. Assim, do Brasil, Yoani se projetaria para o mundo defendendo a restauração capitalista e a instalação da democracia burguesa. Ou seja, que a classe burguesa seja reconduzida ao poder do Estado pelas mãos do imperialismo e que a ditadura de classe capitalista substitua a ditadura burocrática do Partido Comunista Cubano (PCC). Não poderia faltar a cobrança de Yoani ao governo petista de que condene o regime dos Castros por violar os “direitos humanos”. Essa bandeira do imperialismo está completamente esfarrapada com os banhos de sangue que os carniceiros do mundo têm provocado na invasão do Iraque, do Afeganistão e agora do Mali, bem como na intervenção na Líbia e em vários pontos do globo. Yoani não fez senão repetir os clichês de blogueira que se inspira na fonte norte-americana.

Primeiro, a “visitante” esteve na Bahia e Pernambuco a convite da Universidade (ou seja da burocracia universitária reacionária), que lhe pagaria os gastos. O deputado petista Eduardo Suplicy lhe serviu de cicrone - como se vê nem todos os petistas estavam contra a blogueira.

Mas o objetivo de passar o documentário “Conexão Cuba-Honduras”, de Dado Galvão, que serviria à propaganda de Yoani contra os Castros, foi abortado com a manifestação preparada pelo PCdoB e PCR.

O jornal “O Estado de São Paulo”, para mostrar que o Brasil é democrático a ponto de comportar ações como às dos estalinistas pró-castristas deu notícia de capa. Yoani sempre com um sorriso evangélico e com voz pastoral estava muito bem preparada para soltar as frases de efeito: “Isso é algo que não vejo em meu país. Gostaria que houvesse essa liberdade”. “Na ausência de argumento, há o grito”. “Os brasileiros são como os cubanos, mas com liberdade”. Com essas abstrações imbecis, Yoani mostrou que não sabe nada sobre a liberdade no Brasil. Ou então, está tão corrompida que fingiu nada saber.

A ditadura da classe burguesa no Brasil é feroz. Sob o manto da democracia parlamentar, a classe operária, os camponeses e os demais explorados suportam todo tipo de opressão. Um exemplo: inúmeros estudantes da USP e Unifesp estão processados e classificados de formadores de quadrilha, quando não fizeram senão lutar pela autonomia e democracia na universidade e em defesa do ensino público; há camponeses nas prisões por ocupar terras, os assassinatos no campo são uma constante, operários grevistas são presos e mortos. Os sindicatos são multados quando fazem greve – a lei anti-greve violenta a liberdade mais elementar da maioria do país. Essa é a democracia e liberdade que Yoani quer para Cuba.

As manifestações contrárias às mentiras que Yoani trouxe em sua bagagem se justificam plenamente. Os estalinistas, como sabemos, não defendem a democracia operária, que deveria existir em Cuba. O conteúdo de classe da democracia e da liberdade de expressão e organização distingue o campo burguês do proletário. A ditadura burocrática do PCC estalinizado facilita o trabalho do imperialismo de empurrar Cuba para a restauração, como está ocorrendo. No entanto, isso não tira a razão do PCdoB e PCR de denunciar Yoani como agente do imperialismo.

Yoani não representa nada para as massas cubanas, a não ser para uma pequena minoria que aspira reconstituir a classe média, tão vinculada aos interesses capitalistas e à cultura imbecilizante espalhada pelos Estados Unidos. Não há dúvida de que em Cuba a classe operária tem de defender as liberdades políticas, mas para constituir um governo operário e camponês, que expresse a ditadura de classe da maioria em contraposição ao imperialismo e às forças restauracionistas. É necessário quebrar a ditadura do partido único, burocratizado e corrompido por camarilhas estatais, estabelecer a independência dos sindicatos e constituir o controle da população organizada sobre a economia e o Estado. Para isso, é imprescindível que a classe operária cubana organize um partido marxista-leninista-trotskista.

Fora a vendida Yoani Sánchez!

Cuba: processos da restauração capitalista

O fortalecimento da reação ideológica da Igreja constitui uma capitulação do castro-guevarismo

A recente restituição de propriedades à Igreja Católica em Cuba foi divulgada na grande imprensa burguesa como mais uma crônica da “abertura democrática” da ilha. Ainda que ressalte que ainda é insuficiente para sua “normalização”. Ou seja, para a restauração plena do capitalismo.

Segundo fontes oficiais, o Conselho da Administração Provincial (CAP) de Granma aprovou a entrega de quatro propriedades, nacionalizadas na década de 1960, à Diocese de Bayamo-Manzanillo: um antigo colégio paroquial, uma capela e dois terrenos. Ainda não se trata, no entanto, de um processo generalizado, mas sim de um circunstancial “gesto de boa vontade” em favor de uma das frações mais reacionárias da restauração ideológica burguesa contra as conquistas de 1959.

Medida limitada, é certo, mas fundamental no processo mais geral da decomposição do castrismo, variante cubana do burocratismo estalinista que gangrenou a Rússia proletária.

O ato, com toda sua significação e simbolismo, se constituiu em campo de disputa em torno do qual se colocam em choque os interesses da camarilha castrista do PCC (Partido Comunista de Cuba) e do foco infeccioso (a “gusanera”) da reação anti-castrista e pró-imperialista. É no embate entre esses dois polos por onde passa a definição de qual será a via política da restauração.

Pode-se afirmar que a medida, não por sua magnitude, mas sim por sua importância histórica constitui uma severa derrota para o proletariado mundial. Mais um passo no curso da restauração capitalista. E que só pode concluir com a destruição das conquistas revolucionárias em grande escala. Ainda que isso não signifique, necessariamente, a do regime político da casta pequeno-burguesa burocratizada.

A Igreja Católica na ilha

O catolicismo em Cuba começou com a colonização espanhola, no século XVI. A chegada do Movimento 26 de Julho ao poder levou a uma mudança brusca de sua posição interna. Em meados de 1961, depois de derrotar a invasão da Baía dos Porcos e declarar o socialismo em Cuba, o governo revolucionário nacionalizou a educação. Medida que incluiu 339 escolas católicas e as universidades de Villanueva e La Salle, em Havana, privando a Igreja de sua principal fonte de renda e centros de estudo onde se formava e resguardava um grande setor da reação interna contra a revolução cubana.

Com a estalinização do castrismo, a restauração capitalista em curso na Rússia e China, as crises econômicas internas crônicas e a necessidade de manter em pé uma grande parte das conquistas revolucionárias, nas quais a própria burocracia se apoia para regenerar seu controle totalitário, entre outros fatores, se reiniciaram as relações com a hierarquia do Vaticano na década de 1990.

Em 1996, Fidel Castro foi recebido pelo Papa João Paulo II. Dois anos depois, este visitou Cuba e celebrou uma missa na Praça da Revolução. A visita de Bento XVI continuou esta linha.

Em 2010, as relações estabelecidas levaram à soltura de uns 130 presos políticos, à concessão de permissões para a Igreja realizar procissões e peregrinações, e até a intervenção e expressão pública da Igreja nas rádios e televisão controladas pelo Estado.

1 Gusanera, conjunto de gusanos (vermes). Forma como são conhecidos os dissidentes, contrarrevolucionários e infiltrados pró-EUA.

O crescimento da atividade eclesiástica, já não mais privada, mas sim pública e aberta, cria a ponta de lança de uma forte rede assistencialista e de doutrinação que acelerará a destruição da revolução e fortalecerá a constituição de uma plataforma material e ideológica para o avanço da reação burguesa. Trata-se de uma contrarrevolução ideológica que complementa dialeticamente a política restauracionista implantada a partir das cúpulas do castro-estalinismo.

Uma capitulação ideológica preparada pela estalinização do castro-guevarismo

O fracasso do foquismo isolou Cuba e a obrigou a sobreviver se colocando sob a guarda e controle da burocracia soviética. Ao inocular o vírus da contrarrevolução estalinista, o corpo econômico, social e político do país passou a depender dos interesses internos e externos da camarilha soviética. Assentando as premissas materiais da burocratização do castro-guevarismo.

A restauração capitalista na Rússia e o fim do intercâmbio comercial, que tanto ajudou a aliviar as contradições internas e o bloqueio norte-americano, colocou a economia caribenha em um estado de crise terminal. A substituição pelo aliado chavista e seu petróleo a preços subsidiados constituiu uma peça chave da engenharia diplomática de sua sobrevivência, mas não eliminou essas contradições.

O problema de fundo do estancamento e decomposição da revolução cubana é que o proletariado não se constituiu em classe consciente nem controlou o aparato estatal e produtivo. Esteve dissolvido politicamente em organizações burocráticas comandadas pelo castro-guevarismo.

Ao não se constituir em direção política e classe governante agregou outro fator determinante para que a burguesia, sua ideologia e pressões, se impusessem finalmente sobre a cúpula pequeno-burguesa.

É notório como o PCC permitiu que se expressasse organizada-mente a reação ideológica da Igreja em suas próprias filas. E se expandisse socialmente a incentivar o culto e o proselitismo religioso.

A restituição de propriedades constitui uma clara expressão da existência prévia de bases políticas e ideológicas para que a reação burguesa penetrasse na ilha e envenenasse a revolução.

As pressões da restauração capitalista redobram seu ritmo e encontraram uma via para sua constituição nas condições de crise interna profunda e na própria burocratização castrista.

É uma consequência prática da capitulação ideológica do castrismo.

Castristas versus “Gusanos” e as vias políticas da restauração capitalista

Para os defensores do castrismo, a medida poderia ser uma “manobra tática” para tentar quebrar o férreo cerco imperialista que sufoca a ilha sem descanso. Quer dizer, uma medida ditada por considerações pragmáticas e destinada a fazer contrapeso à desfavorável conjuntura mundial que levou a revolução ao limite de sua quebra histórica. Pressões que cresceram nos últimos dias pela incerteza sobre o que sucederá finalmente com o chavismo, que permitiu continuar o delicado e artificial equilíbrio de sua anêmica economia e “administrar” as consequências da restauração.

A reação festeja como um passo rumo à “próxima vitória” sobre

a revolução e a “castro-ditadura”, ainda que tenham feito críticas à Igreja por garantir uma transição “negociada ao ditador”. Seu ódio, aparentemente circunscrito às figuras da revolução, tem sabor de revanche contra as conquistas revolucionárias que deram sustentação a um poderoso movimento antiimperialista em toda América Latina. É o natural rancor da reação contra a revolução que os expulsou do país e os colocou – com justiça – no desprezível papel de “patriotas” bancados pelo império norte-americano².

Na base da disputa, porém, estão as leis da revolução e a contrarrevolução de nossa época. A revolução cubana cortou um elo da economia mundial e cerceou por décadas os lucros obtidos por meio da opressão nacional. A ofensiva imperialista ganhou terreno com a contrarrevolução estalinista e a restauração capitalista da ex União Soviética, dos ex-estados operários do leste europeu e da China.

A restauração em Cuba é parte deste processo mais geral de destruição das conquistas revolucionárias do proletariado mundial. O imperialismo segue atento às disputas entre castristas e opositores. Seu objetivo: saber qual será a força social e a via política de sua conclusão. A reação, interna e externa, por sua subordinação sem fissuras parece ser o meio mais favorável. Mas não tem peso político entre as massas cubanas nem centralizam recursos necessários para administrar os inevitáveis choques sociais e políticos que resultarão do reestabelecimento das relações capitalistas na ilha.

Assim como na China, o castrismo é superior em coesão e unidade em relação à burocracia soviética. E o imperialismo reconhece nessa unidade e no controle burocrático exercido pelo castrismo, um meio adequado para expressar seus interesses por uma restauração administrada e controlada a partir de cima.

Conclusões

Durante quatro séculos, a Igreja desempenhou um papel preponderante na opressão colonial e semicolonial do país. A revolução democrática e antiimperialista cortou esse elo da opressão ideológica mundial.

A passagem da revolução democrática a as medidas socialistas tiveram assim sua expressão na luta contra a Igreja. Submetida à re-

2 Núcleo da invasão a Cuba, em 1961, na Baía dos Porcos, financiada pelo imperialismo.

Venezuela: A crise econômica avança em direção à bancarrota do impotente “Socialismo do Século XXI”

A mega desvalorização do Bolívar é uma medida pouco desejada pelo chavismo, mas que se impunha com a força de uma lei econômica inevitável. Esperava-se que fosse seu líder quem a anunciasse depois da vitória eleitoral. Sua ascendência e liderança entre as massas, calculavam, atenuaria os conflitos sociais e frearia a reação contra uma medida profundamente antipopular.

A oposição pró-imperialista, que a propagandeou amplamente como uma “medida obrigatória” já desde 2012, queria que fosse Chávez quem a aplicasse. Pretendia, com isso, desgastar sua imagem e ficar em melhores condições para as eleições estaduais e municipais do início do ano.

O chavismo, ainda que tenha falado de um “complô imperialista” – interno e externo – para desestabilizar o país, sabia que teria de aplicá-la, mas cedo ou mais tarde. Mas a atrasou até que se realizassem as eleições de 2013 e se configurasse um cenário mais favorável aos seus interesses políticos.

pressão política, foi sistematicamente despojada de seu lugar de privilégio e se acentuou a fuga ao estrangeiro da maioria de seus funcionários e de sua hierarquia.

No entanto, sua doutrina reacionária nunca foi erradicada e sobreviveu subterraneamente nas camadas mais profundas da população e se reproduziu posteriormente nas filas do PCC estalinizado. Deste modo, a reação ideológica burguesa continuou existindo mais além da destruição revolucionária (expropriação) de suas bases materiais de existência. Espelhando, a seu modo, o raquitismo de suas forças produtivas e a impossibilidade do proletariado se constituir em classe dirigente do processo revolucionário.

A dinâmica do processo revolucionário cubano se inscreveu nas leis históricas da revolução, na fase de decomposição do capitalismo mundial, quer dizer da revolução proletária.

Porém, ao encarnar-se em uma direção pequeno burguesa, prontamente burocratizada, só poderia continuar não como sua afirmação revolucionária, mas sim como sua negação termidoriana.

O castrismo sobrevive a si mesmo já não para defender as conquistas revolucionárias. Mas sim para, chegado o momento, constituir-se em árbitro da restauração e, ao mesmo tempo, poder conservar suas posições materiais no manejo dos recursos do Estado e de suas empresas.

A burocracia castrista não pode se regenerar: seu desmoronamento como casta governante significa romper a via política da restauração e conquistar a centralização política e econômica para defender as conquistas revolucionárias, pondo em pé o governo operário e camponês assentado na auto-organização das massas proletárias e camponesas em seus organismos de poder.

Via que, é necessário insistir, só encontrará sua solução definitiva se se inscreve no processo revolucionário do proletariado latinoamericano contra seus exploradores e opressores.

A derrota política da burocracia castrista é parte do processo de por em pé o partido-programa, marxista-leninista-trotskista, como seção da IV Internacional. O que significa a necessária centralização política sob um comando único que mobilize as massas sob a consigna de Estados Unidos Socialistas de América Latina. Desse modo, as tradições de luta anti-imperialistas que forjaram as massas cubanas se entrelaçarão às tradições e conquistas do proletariado mundial.

Lucas Martínez

Uma vez que os resultados deram um amplo controle de estados e prefeituras para o chavismo, a medida se impôs e foi, finalmente, anunciada pelos herdeiros diante da ausência de Chávez.

O problema é que a desvalorização implica uma redução drástica do salário ao traduzir-se em aumento dos preços dos alimentos em um país que importa quase tudo que consome. Ou seja, trata-se de um brutal empobrecimento dos assalariados, dos desempregados e da pequena burguesia urbana e rural.

O Ministro da Fazenda afirmou que a medida foi ordenada diretamente por Chávez para “minimizar gastos e maximizar resultados”. Esta atribuição ao líder pretende abortar, na medida do possível, qualquer protesto ou resistência das massas ao novo ataque às suas já miseráveis condições de vida.

A medida aplicada pelo próprio chavismo demonstrou a farsa do pretenso “complô direitista”. Uma retórica de trincheira elaborada para enganar as massas sobre as verdadeiras causas

de sua miséria e preservar as posições eleitoreiras do chavismo frente à oposição reacionária e pró-imperialista.

Crônica de uma desvalorização “anunciada”

A incontrolável inflação vem pressionando, já há algumas décadas, a alta dos preços dos produtos básicos do consumo popular. Em sua base está a abismal desproporção entre as importações e as exportações, que agigantou o déficit que o país arrastava antes mesmo que o chavismo tivesse chegado ao poder.

O período de crescimento do mercado mundial na década anterior permitiu que o chavismo compensasse os fortes desequilíbrios com a exportação de petróleo a preços internacionalizados (97% de suas exportações). Regulada diretamente pelo Estado, a artificial paridade cambial complementou este mecanismo. E atuou como barreira de proteção diante das pressões desintegradoras do mercado mundial. Uma medida que permitiu também resguardar as raquíticas forças produtivas internas, que constituem a base material da camarilha bonapartista e do “Socialismo do Século XXI”.

O chavismo sempre foi refém dos vaivéns da economia mundial. Mas seu controle sobre os recursos do Estado lhe permitiu “administrar” as convulsões derivadas de sua dependência econômica. E ampliou ao mesmo tempo a capacidade do Estado para subsidiar o consumo interno e distorcer os índices inflacionários. Manteve, além disso, a influência chavista nos bolsões eleitorais decisivos, que são os que mais dependem do assistencialismo e da estabilidade dos preços.

Em resumo: as flutuações entre os preços oficiais e paralelos do dólar (existiam quatro preços de referência e entre os mais extremos a diferença chegava a mais de 400%) criaram uma grande distorção nos preços dos insumos básicos da população. E o chavismo foi obrigado a aplicar massivos subsídios para mantê-los estabilizados, evitando assim que se aprofundasse a insatisfação popular contra o regime.

Uma medida em benefício das massas ou da camarilha que usufrui do poder?

Jorge Giordani, Ministro da Fazenda, anunciou a desvalorização. O Bolívar desvalorizou-se em 46,5% e teve seu valor de câmbio fixado em 6,30 bolívares por dólar (4,30 em 2011). Medida que inclui a criação de um “Organismo Superior para a Otimização do Sistema de Câmbio” integrado pelo Banco Central da Venezuela (BCV), o Ministério da Fazenda e o Ministério de Mineração e Petróleo, o principal receptor de divisas do país. Seu objetivo: deter a inflação que se estima chegará a 30% em 2013.

O organismo fixará, além disso, as prioridades para coletar as divisas a cada empresa (estatal ou privada) e organismos públicos, buscando “equilibrar os fluxos disponíveis de divisas”. Ou seja, será um mecanismo de captação centralizado dos recursos financeiros em mãos do chavismo.

Com uma economia em bancarrota é preciso centralizar o fluxo de recursos segundo se manifestem os interesses da camarilha governante, seja para afogar financeiramente os estados e prefeituras opositoras, seja para partilhá-las entre as frações chavistas que disputam o poder.

O que está claro é que a desvalorização será um golpe fulminante no salário, ainda que, por outro lado, aumente o poder aquisitivo do próprio Estado, embora de forma temporária e artificial.

Dito de maneira mais clara: as massas ficarão ainda mais pobres para que a camarilha governante possa sustentar as bases econômicas e políticas de seu domínio, perpetuando-se no poder.

A crise econômica caminha em direção a uma crise generalizada do regime bonapartista

A Venezuela importa a maioria dos alimentos que consome, assim como máquinas, matérias-primas e produtos semielaborados para fazer funcionar a sua indústria nacional.

A queda nos volumes exportados de petróleo e as flutuações de seu preço têm se somado ao baixo nível das reservas internacionais disponíveis no Banco Central, o aumento das importações (20% superior em 2012, em comparação com 2011) e o crescimento do déficit fiscal (próximo a 20% do PIB).

Segundo cifras oficiais, já não se consegue encontrar um em cada sete dos produtos dos insumos da cesta básica (faltam pão, açúcar, azeite, frango, carne, café, papel higiênico etc.). As filas nos mercados e centros de abastecimento subsidiados pelo governo são intermináveis. A imensa maioria só pode comprar uns poucos produtos ou rações ínfimas que não são suficientes para manter as necessidades mínimas das famílias operárias e populares. Se estas condições continuarem a se aprofundar, teremos o suficiente para alimentar o descontentamento popular e colocar em choque as massas com o regime. Os artifícios monetários permitiram inundar o país com bilhões de dólares que mantiveram um bem engrenado mecanismo de subsídios populares. Em grande parte, dilapidados em subsídios improdutivos ao parasitismo e o raquitismo dos empresários amigos do governo, os quais aumentaram seus negócios e ativos sob a sombra do poder chavista. A industrialização e a tecnificação da capacidade produtiva do país, verdadeira base para uma elevação generalizada da vida e cultura das massas, foi descartada. Ao mesmo tempo, o tesouro foi se endividando com as milionárias nacionalizações pagas às multinacionais, com a ampliação dos empregos públicos para sustentar a burocracia que vive do chavismo, assim como os gastos parasitários do aparelho partidário do PSUV e seus aliados.

O que ocorreu, na verdade, foi que a nação e as massas exploradas foram empobrecendo e se pauperizando progressivamente para manter, mais ou menos intocadas, as bases materiais e sociais do predomínio da camarilha parasitária chavista sobre os recursos do país e do Estado.

Do nacionalismo histórico ao ajuste neoliberal e os ziguezague para a esquerda e direita

O chavismo estabeleceu um impasse em se tratando da bancarrota da partidocracia burguesa, incluindo a socialdemocrata. No entanto, não foi um governo de conteúdo diferente de seus antecessores.

Com isso, manteve o essencial do domínio burguês ao preservar a grande propriedade privada monopolista. Claro que não sem contradições e ocasionais fricções com o imperialismo quando se chocavam com os excessivos apetites imperialistas. Fricções impostas, por outro lado, pela própria base econômica e social na qual o chavismo se apoia e extrai seus benefícios.

O atual impasse entre o chavismo e o imperialismo corresponde inteiramente à complexa situação econômica e política que o país atravessa. Ainda que o imperialismo conte com o fortalecimento da oposição direitista para fortalecer suas posições

internas, não descarta - e trabalha, também nessa via - para a quebra da rígida centralização burocrática chavista, aproveitando-se de suas lutas intestinas.

O que se observa é uma poderosa pressão das forças pró-imperialistas, internas e externas, a fim de criar as bases para a futura restauração das condições do seu domínio. A oposição burguesa que estava desbaratada vem se recuperando graças ao fracasso da política econômica do chavismo, a animosidade da classe média e a desconfiança de camadas exploradas que continuam brutalmente oprimidas.

Denunciar falsos complôs direitistas; consensuar pactos separadamente com algumas frações da oposição em detrimento de outras; manter a fidelidade do Alto Comando Militar em relação aos herdeiros; impor o estrangulamento financeiro dos governadores e prefeitos opositores recusando a parte da receita que lhes correspondem, entre tantas outras, são medidas que expressam a incapacidade do chavismo de liquidar a oposição pró-imperialista. Se essa ainda não pode se livrar do chavismo por meio de um golpe - já tentado e fracassado - vem ganhando terreno eleitoral. As medidas de centralização burocrática-autoritária do Estado, montadas por Hugo Chávez, mantêm sua vigência enquanto a maioria oprimida mantiver as ilusões no caudilho. O avanço da crise econômica e a crescente dificuldade das condições de vida dos explorados, no entanto, estão ditando os conflitos interburgueses. Isso explica os zigzagues à

esquerda ou à direita sob as pressões do imperialismo, da luta de classes e da perda de sua base social e política. O curso mais geral de remoção das bases políticas e sociais do chavismo é a tendência marcante.

Não há outra saída senão a construção do partido-programa da revolução proletária

Será rompendo com as ilusões democráticas na camarilha bonapartista e na oposição de direita que as massas começarão a se deslocar para sua independência. No entanto, não contam com uma direção revolucionária capaz de derrotar ambas as frações burguesas. Sem uma direção revolucionária, a direita pró-imperialista poderá convencer os explorados de que o chavismo montou um beco sem saída e que uma nova política de Estado deve ser implantada. Para isso conta com o farto apoio do capital imperialista e dos governos das metrópoles, principalmente dos Estados Unidos.

A tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskista no país, como seção da IV Internacional, é a chave da situação. Somente assim, é possível superar a fraude burguesa do "socialismo do século XXI" e derrotar todas as frações da burguesia por meio dos métodos da luta de classes. O programa estratégico é do governo operário-camponês, que expresse a ditadura do proletariado e que projete a luta pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Publicamos o artigo do Jornal "Lucha Obrera" ("Luta Operária") do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário no Chile. A organização marxista-leninista-trotskista chilena reintegrou o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Está para realizar seu congresso em que aprovará os fundamentos programáticos e a concepção leninista do partido revolucionário. Temos a certeza de que a construção do POR no Chile nos enriquecerá com sua experiência.

Piñera e seu conto da cúpula mundial CELAC-UE

Essas cúpulas econômicas mundiais são a expressão necessária para regular o mercado, onde os países latino-americanos e do Caribe se submetem às diretrizes imperialistas do mercado comum europeu, em especial do alemão e do francês. Aliança que se constituiu para eliminar as fronteiras nacionais e criar uma moeda (o euro) e um mercado único, com o objetivo de se livrar da camisa de força nacional. A adoção do euro por parte destes países pretendeu superar o obstáculo do câmbio. O capital parasitário se valeu do rebaixamento das fronteiras nacionais para elevar o endividamento da população e dos Tesouros, especialmente nos países mais débeis e atrasados, como o demonstra o desmoronamento da Grécia, Espanha, Portugal, Irlanda e Itália. Dez anos depois, se comprova que foram pouquíssimos os ganhadores, estando à frente o grande aproveitador, que é a Alemanha. O desenvolvimento desigual e combinado das economias entre os membros da zona do euro não permitiram uma moeda que fosse a expressão do real valor; uma vez que a equação foi imposta a maioria de nações relativamente atrasadas. A Alemanha industrial, possuidora de uma poderosa fração do capital financeiro e exportadora de produtos, é a que maneja a unificação e se ocupa dos interesses gerais da classe capitalista que sozinha não poderia fazer, daí sua aliança com a França, cuja economia se achava quebrada.

Não é difícil compreender, a partir disso, o porquê Angela Merkel se dispõe a pisar em terras latino-americanas e, em es-

pecial, no Chile. Este país ainda lhe dá garantias de estabilidade em função do modelo neoliberal, onde ainda permanecem incólumes as privatizações dos serviços, da previdência e dos recursos naturais. As potências europeias vieram com o objetivo de ampliar e reafirmar o domínio que exercem sobre nossos países de capitalismo atrasado, que integram a economia mundial na época de decomposição capitalista e de destruição das forças produtivas.

A discussão de Evo Morales, presidente da Bolívia, e o presidente chileno, Piñera, sobre a proposta de "gás por mar" comprova sobejamente que o discutido é somente palavreado estéril e demagógico. Tanto o povo chileno como o boliviano, sabemos que cada um desses mandatários, a sua maneira, entregou os recursos naturais sem custo ao capital estrangeiro e, no caso chileno, com a Lei Longueira, cedendo a perpetuidade do mar a sete das famílias que dominam economicamente o país. Quando Piñera responde a Morales que não está disposto a permutar parte do território, comporta-se como farsante, uma vez que presenteia o mar em detrimento dos pescadores e de todos os consumidores do país, privando-os além disso dos poucos recursos que ainda nos restavam.

A única forma de libertar a nação oprimida é unificar as lutas por detrás da estratégia revolucionária do proletariado e instaurar um governo operário-camponês.

(Extraído do Jornal Lucha Obrera, nº 2, órgão do Partido Operário Revolucionário do Chile)

Lições da tragédia chilena

Guillermo Lora

No Chile, triunfou um sangrento golpe fascista, protagonizado pela direita desse país. Os jornalistas de tendências mais diversas estão mergulhados na vaga discussão acerca do número de vítimas do massacre planejado cuidadosa e friamente pelos comandos militares. O importante é assinalar com toda clareza que, segundo palavras dos generais usurpadores do poder, se decidiu pelo fuzilamento de todos aqueles que portassem armas, que colocassem resistência ou que fossem considerados extremistas. Com sanha, perseguem-se os revolucionários, para exterminá-los fisicamente e isso de forma pública. Os jornais do continente e mesmo do Chile registram todos os dias notícias acerca da sumária execução de “extremistas” ou “comunistas”. Já sabemos que a direita de todos os rincões aplica os qualificativos de “comunistas” ou “extremistas” a todos os descontentes com o regime, a todo movimento operário.

A direita chilena inscreveu em seu programa como ponto fundamental a “extirpação do marxismo” (fuzilamento de todo esquerdista), porque considera que assim se poderá tirar do apuro a debilitada economia. A solução fascista é simples: destruir a área social, devolver as fábricas aos empresários e abrir as portas do país à voracidade imperialista. O correspondente informa que muitos dos grandes consórcios estudam seu retorno ao território chileno, para voltar a fazer parte dos setores fundamentais da economia e decidir na política. A Democracia Cristã, depois de conquistar legalmente o poder, não poderia dar semelhante passo para trás. Destruir os avanços do “capitalismo de Estado”, para alentar a iniciativa privada, a isso se reduzem as promessas de reordenamento da economia. Para justificar semelhante retrocesso disse que as empresas estatizadas tinham de ser financiadas pelo Banco Central e que esta era a causa fundamental da ruína econômica do Chile.

O golpe direitista no Chile fortaleceu as posições contrarrevolucionárias em todo o continente e no mundo inteiro. Não se trata somente de que os fascistas chilenos tenham sido ajudados econômica e tecnicamente pelo imperialismo norte-americano, mas também que o governo dos generais se converteu imediatamente em um dos agentes da política de exploração e dominação de Wall Street. As investigações no parlamento norte-americano a respeito estão destinadas a diluir-se em palavreados.

Na mesma medida se debilitou a frente revolucionária. A derrota no Chile é nossa própria derrota e nós bolivianos já notamos como Banzer e sua camarilha se sentem mais fortes. A direita latino-americana, como instrumento da reação crioula e do imperialismo, recebeu uma poderosa injeção. Inclusive na Argentina, onde os direitistas não tiveram outro remédio a não ser voltar a seus quartéis depois de um desgaste político tremendo, a reação castrense começou a mover-se ameaçadoramente.

O golpe reacionário afogou em sangue os movimentos operário e de esquerda. Colocou à margem da lei os partidos marxistas e demonstrou a decisão de esmagar os sindicatos por muito tempo. A violência estatal centrada sobre esses objetivos se chama fascismo.

Pinochet e companhia anunciaram sua determinação de modificar a Constituição Política do Estado dentro dos alinhamentos fascistas, dentro do corporativismo no qual estarão repre-

sentados os sindicatos e as atividades econômicas, etc.

Os generais têm dito com toda clareza que permanecerão no poder todo o tempo que seja necessário para criar um novo Estado e que não será outro senão o totalitário.

Estas transformações inconfundivelmente reacionárias somente puderam ser anunciadas e poderão ser iniciadas em sua realização depois da descomunal derrota sofrida pela revolução chilena, depois do esmagamento das forças de esquerda e do movimento operário.

Uma clara caracterização do novo regime facilitará a luta contra ele, luta que obrigatoriamente tem de empreender-se nas condições difíceis da clandestinidade.

Como consequência de todo o desenvolvimento político anterior, a direita chilena, que no primeiro momento se apresentou como um bloco homogêneo, mostra já profundas fissuras. As contradições e lutas entre os diversos grupos direitistas e pró-imperialistas se refletirão sobre a conduta futura das forças revolucionárias.

A ultradireita, apresentada pelo Partido Nacional, parece que melhor se acomoda às exigências extremas do militarismo. É já o suporte civil do governo estruturado com elementos da alta hierarquia castrense.

A Democracia Cristã, colocada em situação extremamente crítica porque, apesar de seu tão apregoado apego à lei, à Constituição e ao sufrágio, não tem tido a capacidade suficiente para definir com clareza sua posição de repúdio ao golpismo militar, isso porque em última instância se confunde com as posições direitistas e pró-imperialistas dos generais. No entanto, assinalou seus desejos de capitalizar as vantagens do golpe e de não perder a possibilidade de converter-se em governo constitucional. Nessa medida, é possível apalpar as divergências e contradições entre o Partido Demócrata Cristão e o militarismo. O dirigente do partido democrata-cristão tem dito que o governo atual é transitório e que não pode ficar vigente mais do que dois anos e que, portanto, não pode impor modificação nenhuma à Constituição, por ser esta uma atribuição própria do povo, etc..

Pode-se prever que a Democracia Cristã se esforçará em aumentar seu capital político fazendo tímidos reparos aos excessos daqueles que estão dispostos a recorrer aos militares para conter o povo chileno. Disfarçar-se-á com roupagem democrática para capitalizar o descontentamento que necessariamente provoca as arbitrariedades do oficialismo. Abriga a esperança de que a ilegalidade dos partidos marxistas a permita converter-se em direção das massas exploradas, essa é uma ilusão que logo se esvanece.

No polo da esquerda, o MIR está seguro que chegou sua hora, em que pese que durante o golpe militar e imediatamente depois demonstrou a ineficácia de seus métodos foquistas de luta. Presunçosamente, os miristas disseram até o cansaço que seriam eles os que impediriam o triunfo de um golpe de Estado. Se durante o período de legalidade conseguiram aproximar-se das massas e penetrar em alguma medida no seu seio, nas novas circunstâncias políticas retornarão a sua forma clássica de organização e de luta: pequenos grupos de gente armada, atuando às costas das massas e com a intensão de substituí-las.

Grandes setores do heterogêneo e depreciado Partido Socialista, girando ao redor do MIR, se converteram no canteiro de onde se extraíam seus ativistas. O futuro imediato estará coberto de ações terroristas e de foquismo nas zonas agrárias, apesar da severidade com que serão tratados pelos militares. Assim, o MIR fará o seu retorno a seu verdadeiro eixo: a utilização da violência não revolucionária. Este ativismo suicida contribuirá a desorientar as massas e a submergi-las na inatividade momentânea. A verdade é que por esses caminhos tortuosos não poderá construir-se o partido revolucionário.

O Partido Comunista voltará a viver a vida da ilegalidade e vegetará ali, esperando que novamente renasça o sol da legalidade. Demonstrou até a saciedade seu direitismo e sua condição contrarrevolucionária. A severa crítica dos acontecimentos chilenos pode contribuir para orientar as bases comunistas contra sua direção burocratizada.

A imprensa e o rádio de todo o mundo estão dominados, pelo menos no momento, pelo impressionante aparato publicitário estalinista, que, desgraçadamente, se limita a lançar palavras e palavras que impedem de ver as verdadeiras causas da descomunal tragédia chilena. O estalinismo reduz a uma simplicidade de todo o problema: os golpistas, apoiados pelo imperialismo, cometeram o crime de destruir pela força um Presidente saído das eleições democráticas e limpas – a democracia foi ultrajada.

A tese anterior nos levaria à conclusão de que toda democracia e a vontade popular não são nada diante de uma espada desembainhada. Os que tão teimosamente se apegam às fórmulas e à democracia formal, estão organicamente incapacitados para poder explicar as causas da derrota chilena.

A classe operária e os revolucionários têm de chegar ao convencimento de transformar a atual sociedade em socialista dentro dos moldes da lei e do Estado burguês. A via chilena fracassou catastroficamente e seu fracasso foi marcado pelo golpe dos fascistas uniformizados.

O colaboracionismo classista, convertido em coluna vertebral do frente-populismo da Unidade Popular, conduz invariavelmente à derrota, isso por que são incapazes de destruir econômica e politicamente a direita e os setores ultrarreacionários.

O governo Allende, colocado em difícil situação pela investida multitudinária direitista e pela incapacidade de apoiar-se decididamente na mobilização revolucionária das massas, não encontrou outra saída senão apoiar-se mais e mais na alta hierarquia castrense; assim, se converteu em seu prisioneiro e permitiu que os generais se transformassem nos árbitros da política. Estavam dadas as condições para que o exército pudesse destruir o Presidente Constitucional quando achasse que momento havia chegado, e esse momento chegou em 11 de setembro de 1973.

A primeira e maior lição da tragédia chilena, que, por ser a tragédia, das massas e do proletariado, estamos obrigados a tomá-la muito a sério. A via chilena, isto é, o intento de fabricar uma sociedade socialista com ajuda das leis e do Estado burgueses, conduz inevitavelmente a trágicas derrotas. A Frente Popular, o colaboracionismo classista do estalinismo, não destruíram a reação, mas sim permitiram o fortalecimento crescente das tendências fascistas.

Para alcançar o socialismo, não há senão a via revolucionária, isto é, a revolução feita pelas massas e que permite a destruição

das bases econômicas da burguesia, a estatização dos meios de produção (algo diferente do simples capitalismo de Estado, dirigido por governos burgueses ou pequeno-burgueses) e a planificação da economia.

O fortalecimento do MIR ocasionou sérios prejuízos à revolução chilena e esse fortalecimento se deveu e se deverá, no futuro próximo, à virtual ausência de um partido revolucionário da classe operária no Chile. Forjar esse partido implica ajudar as massas a passar politicamente por cima de suas direções tradicionais: o Partido Comunista e o Partido Socialista. Isto só pode se alcançar se se realizar uma severa crítica da experiência chilena, se se assinalar com toda clareza as causas da derrota, se se colocar às claras a verdadeira natureza do aventureirismo mirista, do colaboracionismo do estalinismo e do centrismo do Partido Socialista.

No momento da queda de Allende se mostrou com toda sua dimensão a inutilidade do aventureirismo mirista e do “pacifismo” oportunista do estalinismo. Allende em seu desespero havia convocado as massas para que ocupassem as fábricas. Mas não ordenou a greve geral política contra o golpismo. Um dirigente trabalhista estalinista teve o cinismo de pedir a calma e a cooperação com os novos amos da situação. A greve política, no caso de estourar e permanecer, teria de projetar-se para a insurreição e para a tomada do poder pelo proletariado, conforme ensina a amarga experiência uruguaia e a boliviana, que em outubro de 1970 derrotou o triunvirato militar. Nada disso ocorreu e os franco-atiradores, que só podem ter importância como elemento auxiliar, ficaram suspensos no vazio. Não esteve presente o partido revolucionário capaz de assinalar o caminho correto.

A luta no Chile contra o golpismo é muito dura, mas não impossível. Os revolucionários têm de aprender a trabalhar na clandestinidade e realizar suas tarefas frente a uma classe operária dispersa e desmoralizada. Não em vão o governo considerado como seu se quebrou e suas velhas direções se afundaram, que para ela era a encarnação da direção revolucionária.

A luta contra o golpismo tem de realizar-se muito longe do aventureirismo irresponsável do Movimento de Esquerda Revolucionário, que está convencido de que uma potente bomba equivale a todo o poder revolucionário – por algum tempo adormecido – das massas. Contrariamente, deverá realizar um paciente trabalho de formação dos primeiros quadros do partido revolucionário, que só pode forjar-se no marco de uma severa discussão ideológica, de elaboração do programa da revolução chilena. Por outro lado, deverá pacientemente realizar um silencioso trabalho de capacitação no seio das massas, para ajudá-las a defender suas conquistas mais elementares, as garantias democráticas mais simples. É partindo dessa luta que se poderá estancar o retrocesso das massas, concentrá-las de novo e ajudá-las a incorporar-se muito lentamente para a nova ofensiva. Fazendo a revolução em nosso próprio país ajudaremos eficazmente a revolução chilena. Forjando o movimento trotskista latino-americano e analisando profunda e criticamente as causas do fracasso chileno, ajudaremos a estruturar o partido revolucionário do Chile.

La Paz, outubro de 1973

(Extraído das Obras Completas de Guillermo Lora, tomo 29, 1973)